

ENTENDENDO A EDUCAÇÃO

Desafios Atuais, Docência e Tecnologias

Jader Silveira (Org)

Volume **8**
2022

 Editora
MultiAtual

ENTENDENDO A EDUCAÇÃO

Desafios Atuais, Docência e Tecnologias

Jader Silveira (Org)

Volume **8**
2022



Editora
MultiAtual

© 2022 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silveira, Jader Luís da
S587e Entendendo a Educação: Desafios Atuais, Docência e
Tecnologias - Volume 8 / Jader Luís da Silveira (organizador). –
Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022. 82 p. : il.
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89976-66-0
DOI: 10.5281/zenodo.7090697
1. Educação. 2. Docência. 3. Tecnologias. 4. Desafios Atuais. I.
Silveira, Jader Luís da. II. Título.
CDD: 370
CDU: 37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2022/08/entendendo-educacao-desafios-atuais.html>



AUTORES

**CLAUDIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
CLÁUDIA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
ELISANGELA APARECIDA CASTILHO CABREIRA SILVA
ELISÂNGELA DOS SANTOS
EUZIMAR NABIA DA SILVA
EWENY CRISTINA MORAES FIGUEREDO
FERNANDA REGINA DE OLIVEIRA DA SILVA
GERALDA MADALENA RAMOS
ILDA MARIA RAMOS GAVA
IVANI REGINA RODRIGUES
JANETE CORREIA PRESTES
JAQUELINE MOLINA
JÉSSICA LORRAYNE ANANIAS DA SILVA
LIDIANE MAGALHÃES DA SILVA ZORZE
LUANA DA SILVA BENISTES
MARINEIDE ELIAS ALEXANDRE
MILENA DE MELLO MENDONÇA
PÁTRICIA MICHELE FELIPPE
PERLA ALVES PERLA
REGINALDA FERREIRA LOURO CARDOSO
ROSÂNGELA SALLES
ROZALVA MARIA GARCIA ALVES
SANDRA MARISA RODRIGUES DE CAMARGO
SUELI RODRIGUES DE OLIVEIRA GERVÁSIO
SUELLEN DAYANE SILVA RIBEIRO
VILMA TERRENGUE DE OLIVEIRA**

APRESENTAÇÃO

A importância da Educação vai além da transmissão de conhecimento teórico das disciplinas curriculares, ela contribui para a formação cidadã dos estudantes e promove a transformação do meio social para o bem comum.

A Escola, como principal instituição da educação formal, é um ambiente social no qual as crianças vivenciam suas primeiras relações com seus semelhantes e aprendem a conviver em sociedade.

A Educação é uma das dimensões essenciais na evolução do ser humano, pois em cada conquista rumo à civilização, faz-se presente junto a esta, a necessidade de transmissão aos semelhantes. Assim, pode-se dizer que a educação nasce como meio de garantir às outras pessoas àquilo que um determinado grupo aprendeu.

Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos de diferentes áreas da Educação, contabilizando contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização de muitas metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM <i>Claudia de Oliveira Teixeira; Euzimar Nabia da Silva; Geralda Madalena Ramos; Janete Correia Prestes; Lidiane Magalhães da Silva Zorze; Rosângela Salles; Rozalva Maria Garcia Alves</i>	8
Capítulo 2 A IMPORTÂNCIA DOS CANTINHOS TEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Suellen Dayane Silva Ribeiro; Jéssica Lorryne Ananias da Silva</i>	26
Capítulo 3 ALFABETIZAÇÃO EM PAULO FREIRE: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA ENSINAR E APRENDER NA EJA <i>Eweny Cristina Moraes Figueredo</i>	32
Capítulo 4 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: JOGAR, BRINCAR, UMA FORMA DE EDUCAR <i>Vilma Terrenque de Oliveira; Marineide Elias Alexandre; Luana da Silva Benistes; Pátricia Michele Felipe; Elisangela Aparecida Castilho Cabreira Silva</i>	44
Capítulo 5 AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL <i>Ilda Maria Ramos Gava; Sueli Rodrigues de Oliveira Gervásio; Cláudia Maria de Oliveira Souza; Milena de Mello Mendonça</i>	65
Capítulo 6 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA DEFICIENTES MENTAIS <i>Reginalda Ferreira Louro Cardoso; Ivani Regina Rodrigues; Sandra Marisa Rodrigues de Camargo; Perla Alves Perla</i>	70
Capítulo 7 O TRABALHO DO PROFESSOR PERANTE A FORMAÇÃO DE LEITORES <i>Jaqueline Molina; Elisângela dos Santos; Fernanda Regina de Oliveira da Silva</i>	75
AUTORES	78

Capítulo 1

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA
FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO-
APRENDIZAGEM**

Claudia de Oliveira Teixeira

Euzimar Nabia da Silva

Geralda Madalena Ramos

Janete Correia Prestes

Lidiane Magalhães da Silva Zorze

Rosângela Salles

Rozalva Maria Garcia Alves

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Claudia de Oliveira Teixeira

*Graduação em Licenciatura- Pedagogia/UNOPAR 2016-2020. Pós -Graduação
"Latu Sensu" em Educação Infantil/UniFCV 2020-2020. E-mail:
Claudinhaloveoliveira@outlook.com.*

Euzimar Nabia da Silva

*Licenciatura em pedagogia _ modalidade a distância (NEAD)UFMT Polo Diamantino.
Pós-graduação em psicopedagogia. E-mail: euzimarnubia@hotmail.com.*

Geralda Madalena Ramos

*Licenciatura em Pedagogia para a Educação Infantil - Modalidade à Distância
(NEAD)UFMT Polo Diamantino - 2005 – 2012. Pós-Graduação Lato Sensu em
Educação Infantil, Letramento e Anos Iniciais - EduCareMT - 2009 - 2010. E-mail:
gerald19091@hotmail.com.*

Janete Correia Prestes

*Graduação: Licenciatura em pedagogia - modalidade a distância Unopar -Sapezal
2012 a 2015. Pós graduação em Latu Sensu/ São Luís em ensino Lúdico,
2017/2018. E-mail: janeteprestes@gmail.com.*

Lidiane Magalhães da Silva Zorze

*Graduação em Licenciatura Plena em Letras/Espanhol- UNIC- Universidade de
Cuiabá/Brasil MT/no ano de 2002-2006. Especialização Lato Sensu em Ensino da
Língua Espanhola/FI-Faculdade Iguaçu/ESAP-Instituto de Estudos Avançados e
Pós-Graduação/Capanema/PR no ano de 01/04/2006 a 07/10/2006. Graduação em
Licenciatura- Pedagogia/FGD- Faculdade Geremário Dantas/Rio de Janeiro/RJ de
2016-2017. Especialização Lato Sensu em Educação Inclusiva-FIAVEC-Faculdades
Integradas de Várzea Grande/Brasil/MT de 01/02/2018 a 14/09/2018. E-mail: lidi-
manu@hotmail.com.*

Rosângela Salles

Graduação: Licenciatura Plena em Letras - 2001/2005 Unemat - Pontes e Lacerda.

Pós Graduação em Educação Infantil/Área de conhecimento Latu Sensu/Unopar

Sapezal 2018-2019. E-mail: inaciosallesgarcia@gmail.com.

Rozalva Maria Garcia Alves

Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil - Modalidade à Distância

(NEad)UFMT Polo Diamantino-2005-2010. Pós - graduação Latu Sensu em

Educação Infantil, Letramento e Anos Iniciais - Educar MT-2009 - 2010. E-mail:

rosalvamariagarciaalves@gmail.com.

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é aprofundar a importância da participação das famílias no contexto escolar na Educação Infantil. A família é o primeiro agente na educação dos filhos. Essa formação continua na escola, portanto, a importância de ambas as instituições estarem unidas. Educar é um processo em que a família e a escola são protagonistas e para que a tarefa seja positiva e fecunda, a família e a escola devem funcionar de forma articulada e os dois trabalhos devem estar inter-relacionados. O estudo deve ser realizado na etapa da Educação Infantil, pois é onde são criadas e estabelecidas as primeiras bases de conhecimento, que posteriormente serão ampliadas. Portanto, é o melhor momento para conscientizar a família sobre a importância de sua participação na escola. À medida que as crianças crescem, os pais deixam de se preocupar tanto com seu progresso educacional e delegam muito mais responsabilidades aos professores, o que pode causar o fracasso escolar em seus filhos. A participação das famílias deve ser constante e contínua para o pleno desenvolvimento educacional e pessoal de seus filhos. Para levar a cabo essa análise do processo família-escola-aprendizagem, optamos por uma pesquisa teórico-metodológica, isto é, levantamento bibliográfico sobre o assunto, com o aporte teórico de vários especialistas.

Palavras-chave: Participação. Comunicação. Família. Escola.

ABSTRACT

The main objective of this article is to deepen the importance of the participation of families in the school context in Early Childhood Education. The family is the first agent in the education of children. This training continues at school, therefore, the importance of both institutions being united. Educating is a process in which the family and the school are protagonists and for the task to be positive and fruitful, the family and the school must function in an articulated way and the two jobs must be interrelated. The study must be carried out at the Early Childhood Education stage, as this is where the first knowledge bases are created and established, which will later be expanded. Therefore, it is the best time to make the family aware of the importance of their participation in the school. As children grow up, parents stop worrying so much about their educational progress and delegate far more responsibility to teachers, which can

cause school failure in their children. The participation of families must be constant and continuous for the full educational and personal development of their children. In order to carry out this analysis of the family-school-learning process, we opted for a theoretical-methodological research, that is, a bibliographic survey on the subject, with the theoretical input of several specialists.

Keywords: Participation. Communication. Family. School.

1 INTRODUÇÃO

A família e a escola são os dois principais agentes educativos e de socialização das crianças. A colaboração entre as duas instituições deve ser trabalhada para que os alunos possam adquirir todo o seu aprendizado e alcançar um desenvolvimento abrangente.

Porém, hoje em dia, não sabemos com certeza o que realmente acontece nas escolas: não sabemos se professores e pais se comunicam corretamente ou se são dois estranhos mútuos, pois em numerosas ocasiões nas famílias existe uma grande desorientação sobre as diretrizes a serem seguidas na educação de seus filhos.

Nesta etapa educacional, a comunicação entre pais e escola é um fator de qualidade que garante a eficácia da educação, para que a família e a escola estejam unidas em seus critérios e ambas busquem o bem-estar e o desenvolvimento total da criança.

O trabalho consiste em algumas partes: em primeiro lugar, explicaremos o conceito de participação, os benefícios que tem na educação das crianças e os principais órgãos de participação existentes nas escolas. Além disso, serão estabelecidas propostas para melhorar o aspecto da cooperação família-escola.

De acordo com Cury (2013), o trabalho dos professores não se vê reforçado com o apoio dos pais, é por isso que a partir da escola devemos buscar a formação e o avanço de todos os agentes educativos, entendendo a família como um deles.

É errado acreditar que a escola tem a tarefa completa de educar a criança ou acreditar que a família é a única responsável por todo o seu desenvolvimento. Ambos são contextos nos quais a criança está inserida e dos quais absorve conhecimentos, atitudes e valores. Cabe à equipe docente mostrar que a responsabilidade de educar as crianças é compartilhada (Zagury, 2008).

É por tudo isto que devemos provocar a mudança não só a mentalidade e a atitude perante a participação, mas também as práticas atuais, promovendo uma metodologia que incentive o envolvimento regular das famílias na escola.

E isso é ainda mais importante na etapa da Educação Infantil, onde as crianças precisam de segurança, proteção e ajuda para alcançar seu desenvolvimento intelectual.

Além disso, são muitos os efeitos positivos que produz no campo educacional, pois quando a família está envolvida, não só as relações, o ambiente e, portanto, a convivência na escola é aprimorada, mas toda a comunidade educacional se beneficia (Zagury, 2008).

O período de estágio coincidiu com a realização deste trabalho e esse fato nos fez pensar na organização do mesmo por meio do estudo para compreender realidade da Educação Infantil, coletando todas as informações possíveis e ser capaz de desenvolver estratégias de melhoria dessa relação família-escola.

Nesse sentido, pretende-se proporcionar conhecimentos e realizar práticas que conduzam à melhoria dos métodos de ensino-aprendizagem, que se desenvolvem tanto nas escolas como em contextos educativos mais amplos – na família –, procurando gerar propostas para qualidade no ensino.

Como relevância pessoal, social e acadêmica, procuramos, por meio desta pesquisa, melhorar nosso próprio entendimento (teórico) acerca do assunto para poder, deste modo, tentar contribuir (na prática educativa) com o ambiente escolar e comunitário, enriquecer nosso fazer pedagógico e o interesse permanente em trabalhar em favor de nosso alunado. Bem como, compreender, questionar e refletir sobre nosso ofício docente cotidiano, a de outros colegas de ensino em compreender os aspectos ligados à aprendizagem para melhor nosso ofício docente, o que pode facilitar a intervenção na situação educacional – neste caso família-escola – nos processos de aprendizagem das crianças.

No que se refere à organização e apresentação dos dados da pesquisa, o trabalho apresenta-se da seguinte forma: uma breve apresentação e análise sobre o conceito de família e suas transformações ao longo do tempo e das distintas sociedades; compreensão acerca do conceito de participação; teorias que sustentam a necessidade de participação da família na escola; benefícios e dificuldades da participação familiar no processo ensino-aprendizagem de seus filhos; estratégias e

modelos de participação para envolver as famílias na escola; a metodologia utilizada na pesquisa e, por fim, algumas considerações sobre esta temática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Conceito de Família e suas Transformações

Muitos autores parecem concordar em apontar que a família é para o indivíduo um sistema de participação, onde este é exposto a uma série de demandas, um contexto onde emoções são geradas, expressas e identificadas, um ambiente onde são promovidas as primeiras relações sociais, nas quais são adquiridos os valores que sustentam as ações das pessoas, ambiente em que se desenvolvem as funções relacionadas com a educação e o cuidado dos filhos.

Nestes termos, delimitar o conceito de família é algo complexo, pois é uma estrutura que, dependendo da cultura em que nos encontramos e do tempo em que nos encontramos, muda a sua estrutura e se adapta à realidade social em que se encontra inserida. Portanto, as formas e funções das famílias são modificadas.

Vale ressaltar que, após uma série de estudos comparativos realizados por antropólogos, como Morgan, três formas ou tipos fundamentais de famílias foram estabelecidos de acordo com Silva (2009):

- Família nuclear, que é formada pelo pai, mãe e filhos.
- Família extensa, que é composta por mais de uma família nuclear e abriga mais de duas gerações; aqui estariam, por exemplo, famílias compostas por avós e tios dentro de uma família nuclear.
- Família composta, formada por poligamia ou casamento múltiplo.

Atualmente temos famílias monoparentais, surgidas nos anos setenta, como uma crítica à família nuclear, considerada desejável. Devido às mudanças demográficas, geradas, por exemplo, porque a reprodução é cada vez mais tardia e a expectativa de vida é maior; mudanças ideológicas e de valores, mudança de papéis no seio da família, a incorporação da mulher ao mundo do trabalho e a visão do casamento – não é mais para a vida –, isso junto com mudanças legislativas, como a aprovação da lei do divórcio, leva a um aumento no número de separações e divórcios e novas formas de conceber a vida e as relações sentimentais. Portanto, uma família

com apenas um dos pais é aquela em que a custódia da criança é responsabilidade de um dos pais (Paro, 2011).

Em suma, parece que em nossa sociedade existe uma diversidade de tipos de famílias, coexistindo em um mesmo contexto.

A isso, devemos somar as mudanças sociais ocorridas ao longo da história e que tiveram impacto nas funções que a família cumpria e que atualmente exerce. O tipo de família passa de extensa à nuclear.

Araújo (2005) explica que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, devido à industrialização, e a falta de apoio de outros membros da família na educação e cuidado dos filhos nos primeiros anos de vida, se fez necessário criar instituições de carácter assistencial e/ou educativo, para suprir as funções que as mães desempenhavam durante o período de trabalho, que elas agora não dispõem.

A isso, devemos somar a sociedade altamente competitiva, consumista e capitalista em que vivemos, onde o tempo da família é muito reduzido, tendo que passar boa parte do dia no trabalho para poder acompanhar o ritmo vertiginoso em que estamos inseridos. Essa falta de tempo tem impacto direto na vida familiar, negligenciando grandes funções que a família anteriormente desenvolvia.

Mesmo tendo essa realidade em mente, é importante expressar e conscientizar as famílias que não é tão importante o tempo que dedicamos aos filhos, mas sim que o tempo que temos, por mais escasso que pareça, seja de qualidade e seja um tempo em que os protagonistas sejam eles e seus filhos, onde não cedam ao estresse que o ritmo da sociedade nos transmite (Silva, 2009).

Essa realidade dificulta a especificação das funções que as famílias devem desempenhar para promover o desenvolvimento infantil, sendo uma tarefa complexa. Mas parece que nas últimas décadas, como afirma Silva (2009), no campo da psicologia existe três condições básicas de educação familiar para que seja de qualidade.

- Um carinho incondicional que lhes dê segurança sem protegê-los excessivamente.
- Um cuidado atencioso, adaptado às novas necessidades de segurança e autonomia que vivem com a idade.
- Uma disciplina consistente, sem cair no autoritarismo ou negligência, que os ajude a respeitar certos limites e aprender a controlar seu próprio comportamento.

As instituições educativas não parecem mais ter apenas que cumprir uma função educativa baseada na aquisição de conhecimentos, mas também, devem educar os filhos, procurando ser um suporte para as famílias.

Nesse quadro, é urgente que as famílias não descuidem de suas obrigações de pai e mãe, mas, por sua vez, os educadores nas escolas devem responder às necessidades que as famílias parecem mostrar devido à realidade social em que estão inseridas. Isso não isenta as figuras parentais de se desvencilhar de qualquer uma de suas obrigações e colocar toda a responsabilidade sobre os professores, mas o que parece ser mais positivo para as crianças é que ambas as instituições educacionais trabalham em estreita colaboração com um mesmo objetivo; favorecer seu processo evolutivo de um ponto de vista, onde autonomia e responsabilidade são a espinha dorsal do seu desenvolvimento. Para isso, a divisão de responsabilidades e ações educativas entre as duas instituições é fundamental.

2.2 A Importância da Participação

Augusto Cury é um renomado especialista que em sua carreira analisa as mudanças ocorridas na família e entre suas definições se destacam:

“A família é composta por duas ou mais pessoas unidas por afeto, filiação ou casamento que vivem juntas, põem seus recursos em comum” (CURY, 2013, p. 60).

A participação nada mais é do que um processo através do qual é possível promover e aumentar a autoestima, o bom relacionamento, a moral e a coesão social, o que favorece o trabalho grupal do centro e a sua convivência (Cury, 2013).

Mas esse conceito não foi concebido da mesma forma na era da democracia como era na década de hoje.

A relação positiva entre os pais e a escola não afetará apenas o nível de desempenho acadêmico, mas também influenciará sua personalidade e ajudará a desenvolver atitudes e comportamentos mais positivos.

Segundo Araújo (2005), o conceito de participação é definido como a intervenção de indivíduos ou grupos de pessoas na discussão e na tomada de decisões que os afetam a fim de alcançar objetivos comuns, compartilhando métodos de trabalho específicos. Em suma, participar é tomar parte ativa em cada uma das diferentes fases que afetam o funcionamento dos grupos, assumindo parte do poder ou o exercício dele.

Cury (2013), por sua vez, explica que às vezes os alunos têm mais dificuldade em se adaptar-se às formas contínuas de educar do adulto que enfrentam em todos os momentos, que assimilar o conteúdo que se propõe a aprender.

Todos os pais desejam o melhor ensino e educação para seus filhos. As crianças passam muito tempo na escola e consideram a convivência e a comunicação necessárias para facilitar seu processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Paro (2011), a família desempenha um papel fundamental nos níveis de aproveitamento dos alunos e os esforços para melhorar os resultados dos alunos são muito mais eficazes se eles forem acompanhados e apoiados pelas respectivas famílias.

Se o apoio em casa é muito importante, este apoio é reforçado quando há envolvimento nas tarefas educativas desenvolvidas pela escola. Esse envolvimento contribui para a melhoria da aprendizagem escolar.

A escola, mais especificamente, os professores precisam da colaboração das famílias para entender melhor as características e limitações de seus filhos e para facilitar sua adaptação em sala de aula.

Nas palavras de Silva (2009), a participação escolar é uma ação social que consiste em intervir ativamente nas decisões e ações relacionadas ao planejamento, atuação e avaliação da atividade que ocorre em sala de aula.

A participação dos pais dos alunos é fundamental para a melhoria da qualidade educacional, uma vez que há uma série de fatores que influenciam nesse processo, como o ambiente de aprendizagem instituído pela família e a disciplina. Também abre canais para solucionar as dificuldades e conflitos que surgem no ambiente escolar.

A necessidade de interação entre o professor e os pais deve-se a vários aspectos, de acordo com Silva (2009):

- Os pais são responsáveis, perante a lei, pela educação dos filhos, razão pela qual devem ser bem informados pela escola e pela sua equipa docente.
- A educação não formal da família deve ser complementada com a educação formal da escola para uma aprendizagem plena dos conhecimentos.
- A educação familiar é a base que influencia a educação formal e é necessária para facilitar a existência de oportunidades na educação para evitar a desigualdade.

- Os professores devem garantir que os pais cumpram suas responsabilidades e para facilitar este processo deve haver comunicação fluida e regular.
- Os pais devem intervir e participar nas decisões da escola sobre o seu funcionamento e organização.

Ressalta-se que as funções da família e da escola são diferentes, mas é importante conhecer essas diferenças e completá-las de forma que se tornem contribuições positivas (Cury, 2013).

A escola oferece aos alunos recursos para interpretar e fornecer informações, conceitos básicos que auxiliam na compreensão do conhecimento cultural e científico, e a família adquire esse termo e o integra ao conhecimento familiar, além de buscar possíveis oportunidades de aplicá-lo.

2.3 Teorias que Sustentam a Necessidade de Participação da Família na Escola

Há uma série de teorias sobre as funções da instituição educacional que mostram uma consciência progressiva de que a educação não é um microcosmo que leva uma vida à parte do restante das esferas sociais.

Nesse sentido, Szymanski (2010) afirma que a aceitação de ideias como o caráter paralelamente capitalista da educação como reprodutora da própria sociedade, e a consequente inclusão da ideia de conflito, sugere a necessidade de estudar as características do ambiente para melhorar a instituição.

No entanto, um conjunto de quadros teóricos, surgidos em diferentes áreas do pensamento durante o último terço do século XX, considerou constituir a base justificativa e operacional para a formação de uma consciência coletiva clara, na qual ninguém hoje questiona a importância que as famílias têm na educação de seus filhos e, portanto, a necessidade de ambos participarem da vida da escola.

Então, importante se faz desenvolver duas teorias principais de natureza psicológica que são a abordagem ecológica de Bronfenbrenner (1996) e a perspectiva cultural de Vygotsky.

A abordagem ecológica desenvolvida por Bronfenbrenner privilegia estudos em desenvolvimento de forma contextualizada e em ambientes naturais, diferentemente de experiências em laboratório, visando apreender a realidade de forma abrangente, tal como é vivida e percebida pelo ser humano no contexto em que habita. Sua teoria ficou mais conhecida e, utilizada por vários pesquisadores no Brasil (HADDAD, 1997, p. 68).

Dentro da psicologia, é fundamental rever a passagem da pesquisa do indivíduo para a família, o que dá uma ideia da abertura ao contexto que o estudo da realidade social implica. Assim, Haddad (1997, p. 46) afirma o seguinte:

Nos anos 1950 e no campo da saúde mental, iniciou-se um movimento que deslocou o olhar para a intervenção e a pesquisa da pessoa para a família. Os aspectos intrapsíquicos perderam importância e, ao mesmo tempo, esse fato passou a se interessar cada vez mais pelos aspectos relacionais dos indivíduos.

Isso justifica a perspectiva sistêmica obrigatória com que a escola deve ser observada e em que a família está inserida em um ambiente comunitário. Além disso, inúmeras investigações têm mostrado que as experiências educacionais têm uma influência decisiva no desenvolvimento e na determinação das habilidades cognitivas.

A partir dessa abordagem, a intervenção psicopedagógica na escola passou do estudo das deficiências específicas de cada aluno para tentar melhorá-las às concepções que estudam todas as variáveis que afetam o processo educacional, com uma clara função preventiva.

A psicologia social é desenvolvida a partir de uma perspectiva ecológica que estuda o comportamento humano com base na pessoa e em seu ambiente. Bronfenbrenner (1996) defende o caráter social e culturalmente mediado do crescimento pessoal, onde a família e a escola, como agentes, desempenham em grande parte uma função de mediação.

O que Bronfenbrenner (1996, p. 47) afirma é que “o desenvolvimento nunca ocorre no vácuo; está sempre incluído e se expressa por meio do comportamento em um determinado contexto ambiental”.

Além disso, a relação e as interconexões estabelecidas entre todos esses ambientes, que este autor denomina microssistema, mesossistema, ecossistema e macrossistema, também determinarão o desenvolvimento do indivíduo. Mais especificamente, o mesossistema inclui o vínculo família-escola.

Em suma, as ideias de Bronfenbrenner (1996) significam o seguinte:

- Que a educação também ocorre em vários níveis ou contextos diferentes.
- O valor educacional da escola não pode estar relacionado exclusivamente à transmissão de conhecimentos, mas sim o ambiente escolar atua como agente educativo em todo o processo.

- O desenvolvimento humano consoma-se como um processo de integração e adaptação às mudanças ambientais.
- É necessário considerar a relação família-escola para estabelecer uma nova ordem escolar.

Outro ponto de referência é Vigotsky (2004). O autor pensa que o desenvolvimento humano não pode ser entendido separadamente da cultura em que ocorre. Desta forma, aprendizagem e desenvolvimento caminham juntos, são elementos interdependentes. Como aponta Zagury (2008, p.48), “o envolvimento na educação é socialmente construído por meio de interações com professores, com outros pais e com as crianças”.

Desse modo, Vigotsky (2004) distingue entre a zona de desenvolvimento efetivo e a zona de desenvolvimento potencial.

Teoria sociocultural de Vigotsky

Nível de desenvolvimento real	Funções que o estudante pode realizar por si mesmo sem nenhuma ajuda
Zona de desenvolvimento proximal	Funções que se fazem em um processo de maturação
Nível de desenvolvimento potencial	Funções que o estudante pode realizar com ajuda de alguém com mais experiência

Fonte: Adaptado de Vigotsky (2004)

Em suma, a teoria da psicologia cultural de Vygotsky (2004) e a teoria do desenvolvimento ecológico de Bronfenbrenner (1996) são compatíveis na medida em que, a partir de qualquer uma dessas abordagens, pode-se afirmar que as práticas educacionais são enquadradas em um contexto.

2.3.1 Benefícios e Dificuldades

A participação das famílias no contexto escolar é um fator que beneficia não só os alunos, mas também professores e pais.

Benefícios para os diferentes atores educacionais

ESTUDANTES	PROFESSORES	FAMÍLIA
Atitudes mais favoráveis em relação às tarefas escolares	Reconhecimento pelas famílias de suas habilidades interpessoais e de ensino	Aumentam sua autoeficácia
Comportamento mais adaptativo e autoestima mais elevada	Avaliação pelo corpo diretivo da escola de seu desempenho docente	Aumentam a compreensão do projeto pedagógico
Realização das atividades com maior tenacidade.	Maior satisfação com sua profissão e seu trabalho	Valorizam mais seu papel na educação de seus filhos
Menor escolaridade em programas de educação especial	Maior compromisso com a escolarização	Melhora a comunicação com seus filhos em geral e sobre os deveres de casa em particular
Taxas mais baixas de absenteísmo e evasão escolar		Desenvolvem habilidades parentais positivas

Fonte: adaptado de Castro e Regattieri (2009).

Segundo Castro e Regattieri (2009), algumas consequências positivas que derivam da cooperação entre família e escola são as seguintes:

- Maior resposta às necessidades educacionais das crianças;
- Melhor aceitação dos objetivos e evolução que a criança apresenta no seu desenvolvimento integral;
- Uma redução de conflitos;
- Um aumento na produtividade do trabalho executado.

Muitas vezes, embora existam inúmeras estratégias para uma adequada relação família-escola, surgem dificuldades que impedem a colaboração e a participação.

Um dos motivos mais comuns é a falta de disponibilidade de tempo, bem como o despreparo dos pais e o desinteresse.

Outros autores, como Paro (2011), distinguem outros fatores:

- Falta de consenso social para alcançar o modelo de escola que a comunidade educacional deseja.
- Muitas vezes, não há uma distribuição clara de funções, o que dificulta uma gestão ágil e a tomada de decisões.

2.4 Estratégias e Modelos de Participação para Envolver as Famílias na Escola

Depois de explicar a importância da participação dos pais na escola e os efeitos positivos que ela produz na comunidade educacional da escola democrática que buscamos, concluímos que o que é necessário são canais que atendam aos educadores para que possam colocar em prática. Trata-se de estratégias concretas para criar essa colaboração.

Como nos diz Silva (2009), as pistas para contribuir para a intensificação da participação das famílias na escola são as seguintes:

A autonomia dos centros educacionais para determinar suas atividades é um pré-requisito decisivo para a colaboração adequada dos pais.

- A autonomia das instituições educativas para determinar suas atividades é um pré-requisito decisivo para a colaboração adequada dos pais.
- As informações necessárias devem ser transmitidas, pois o sentimento de discriminação no acesso às informações faz com que se perca o interesse em participar.
- A gestão escolar deve adaptar sua função à gestão participativa e descentralizada e fornecer suporte econômico (SILVA, 2009, p. 78).

A parte que mais atua é a própria escola e esse agente também tem que realizar uma série de etapas para construir o papel de participante dos pais.

- Considerar o núcleo familiar como parte explícita da missão escolar.
- Planejar um trabalho conjunto com os familiares que vai além do mero apoio às atividades extracurriculares.
- Empregar um tempo no planejando de tarefas (SILVA, 2009, p. 79).

Mas, o professor individualmente também tem um papel muito importante:

- O professor deve conceber a educação como um projeto ético, entendendo por Ética o conjunto das melhores soluções que a inteligência ilumina para resolver os problemas que afetam a felicidade pessoal e a dignidade da convivência.
- O professor deve ser um especialista em resolução de conflitos.
- Novos professores devem ser bons propagandistas da educação (SILVA, 2009, p. 81).

O importante dessa participação é que ela exista de maneira regular e seja planejada. Nesse sentido, é imprescindível que haja uma linha comum na equipe de

professores, chegando a um consenso quanto às atividades a serem utilizadas no relacionamento com os pais. Conforme afirmado por Castro e Regattieri (2009, p. 56):

Em um contexto em que não há muita tradição de participação dos pais, é razoável considerar uma estratégia de colaboração progressiva, na qual os pais estão envolvidos desde o início no que pode ser mais fácil para eles e gradualmente encontrar formas de aprofundar essa colaboração.

Castro e Regattieri (2009) expõe uma série de técnicas de participação que são as seguintes:

- Atividades colaborativas em sala de aula;
- Atividades de gestão;
- Reuniões;
- Atividades para a formação de pais.

Nos últimos tempos, é possível observar como a colaboração entre os diferentes grupos tem aumentado e isso vem se tornando um fator positivo no desenvolvimento integral dos alunos.

O papel que cada um desses agentes educacionais desempenha é muito importante, já que não faz muito tempo, as tarefas de cada instituição eram muito limitadas. A família cuidava das assistenciais e a escola de educação.

Mudanças na configuração dos modelos de família levaram a uma complementaridade no trabalho educativo.

Modelos de Participação dos Pais na Educação Infantil

Cury (2013)	1. Pais não participantes. 2. Pais ativos no governo e fora da sala de aula. 3. Pais que ajudam nas atividades da escola. 4. Pais que trabalham regularmente com a equipe pedagógica. 5. Pais que colaboram na tomada de decisões com os educadores.
Castro e Regattieri (2009)	1. Compartilhamento de conhecimento. 2. Participação cognitivo-intelectual.
Castro e Regattieri (2009)	1. Participação na tomada de decisões na escola. 2. Participação na colaboração com a comunidade.

Zagury (2008)	1. Envolvimento dos pais no ambiente escolar. . 2. O apoio que os pais oferecem à escola. 4. O contato entre pais e educadores. 5. A qualidade da relação entre pais e professores. 6. A percepção dos professores sobre o papel que exercem os pais.
Araújo (2005)	1. Os recursos disponíveis e as necessidades dos pais ao participar. 2. Tempo para participar e grau de especialização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de ter apresentado e analisado a importância da família no processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil, é possível apresentar algumas reflexões que pudemos obter trabalhando neste tema com a bibliografia utilizada.

O mais importante é que a educação dos filhos seja trabalhada desde o nascimento, não desde o início da escola, pois é mais fácil resolver os problemas quando surgem, seja qual for a idade, do que quando o problema já se instalou na pessoa. Em crianças, se pode trabalhar, não só a partir do castigo por desenvolver uma ação indesejada, mas da recompensa ou prêmio por fazer o que deveria. Os responsáveis por essas ações são os adultos, pois estes orientar as crianças no caminho da educação, na busca de sua autonomia e na criação de sua autoestima.

A relação família-escola é um aspecto que está cada vez mais sendo trabalhada, mais atenção é dada ao núcleo familiar, pois tudo é para o bem dos filhos e se eles entenderem que existe um bom entendimento entre dois de seus ambientes mais próximos, a criança vai se sentir protegido, até mesmo seu comportamento será mais calmo e participativo.

Para isso, é fundamental a comunicação diária entre ambas as partes, uma relação que faça com que as famílias se sintam parte importante da escola e a sintam como sua. Para que esse vínculo exista, os educadores devem convidar os pais a fazerem parte do trabalho de ensino, sempre mantendo uma atitude aberta, próxima e colaborativa que favoreça essa abordagem.

Uma das coisas que podemos considerar necessária é a confiança que os familiares depositam na escola, nos professores e no seu profissionalismo para cumprir as funções e objetivos que pretendem ao confiar-lhes seus filhos.

Portanto, a escola não deve esquecer que a família espera a informação sobre os filhos e também quer dar a sua opinião e intervir no seu processo de ensino-aprendizagem.

Se ambos os agentes educacionais são conhecedores e sensíveis sobre sua função educacional, podemos argumentar que na relação família-escola:

- Os pais são parte indispensável no desenvolvimento integral dos filhos.
- A família deve ver os professores como interlocutores com os quais compartilham as preocupações em relação à educação dos filhos e buscam soluções para possíveis conflitos e dificuldades.

Como fora dito, os dois agentes educacionais estão caminhando na mesma direção, buscando formar e educar as crianças, por isso é preciso unir forças e caminhar no mesmo caminho, sempre respeitando o trabalho e a opinião do outro e criando uma relação fluida.

Dada a complexidade de nosso tempo, pensamos que não é possível educar de uma forma apropriada na escola se alguma cumplicidade com a família não for estabelecida. Os professores não têm escolha a não ser confiar nos pais para garantir a coerência entre o que é feito em casa e na escola; isso ocorre independentemente de os pais serem bons ou maus educadores, ou se eles estão mais ou menos motivados a colaborar.

Os pais, por sua vez, não devem considerar a educação fora das escolas. Família e escola não podem atuar isoladamente na educação de crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ceres Alves de. **Pais que educam**: uma aventura inesquecível. São Paulo: Gente, 2005.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília, UNESCO, MEC, 2009.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2013.

HADDAD, L. **A ecologia do atendimento infantil**: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação. 327 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1997.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2011.

SILVA, Elaine Cristina Reis. **Perspectivas do professor com relação à integração da família do educando ao ambiente escolar**. São Paulo: Cortez, 2009.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflitos**: parceria com os pais. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Capítulo 2
**A IMPORTÂNCIA DOS CANTINHOS
TEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Suellen Dayane Silva Ribeiro
Jéssica Lorryne Ananias da Silva

A IMPORTÂNCIA DOS CANTINHOS TEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Suellen Dayane Silva Ribeiro

Pedagoga e Pós Graduada em Sociedade, Política e Cidadania: Olhares Transdisciplinares pela Universidade Federal de Mato Grosso

Jéssica Lorryne Ananias da Silva

Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: O presente artigo trata-se de uma reflexão acerca da importância do brincar na infância e como os cantinhos temáticos podem auxiliar professores da Educação Infantil em suas práticas exitosas em sala. As pesquisas demonstram como o trabalho com cantinhos temáticos propiciam espaços de interação, curiosidade e aprendizado para as crianças. Neste sentido, ao trabalharmos com esse tema, busca-se estudar quais estratégias podem ser adotadas para que as brincadeiras e o lúdico auxiliem em sala como meio de desenvolver integralmente as crianças. Sabe-se que na educação infantil os eixos interações e brincadeira possibilita aos docentes potencializarem as interações e o aprendizado por meio da brincadeira, assim os cantinhos temáticos auxiliam neste momento de grande aprendizado. As concepções de educação, criança e infância avançou conforme os estudos, assim pensar no aprendizado a partir do lúdico com crianças pequenas é compreender que existe uma intencionalidade no brincar e na brincadeira. Assim o presente estudo salienta que além da relevância da brincadeira, é fundamental que o professor atue nestes momentos como mediador do ensino, tendo a responsabilidade de criar os ambientes lúdicos.

Palavras-chave: Cantinhos temáticos. Brincar. Brincadeira.

Abstract: This article is a reflection on the importance of playing in childhood and how corners can help teachers of Early Childhood Education in their successful practices in the classroom. Research such as working with children provides spaces for interaction, curiosity and learning for children. In this sense, together with this theme, we will study which strategies can be sought so that the games and the ludic help in the classroom as a means of developing as children. It is known in children's play the toys offered that and games that can be offered as educational toys, as educational toys, which can be learned through auxiliary toys at this time. The conceptions of education, children and childhood advanced according to the studies, so to think about learning from the ludic point of view with young children is to understand that there is an intentionality in playing and playing. We present study saliences that in addition to the teacher's play, the responsibility of creating that students having the playful environments is fundamental.

Keywords: Thematic corners. To play. Joke.

INTRODUÇÃO

Trabalhar na educação infantil tem sido um grande desafio para muitos profissionais que trabalham com o público infantil, pois as crianças, hoje em dia com a era tecnológica, possuem certas dificuldades para encontrar brincadeiras que de fato tenham significância para elas.

Partindo deste pressuposto, os cantinhos temáticos tornaram grandes aliados dos profissionais que atuam na Educação Infantil. Uma vez que visam atender de forma dinâmica e a ampliar a vivência cultural e social da criança com o mundo em que ela está inserida. A formação desses cantinhos favorece a estruturação da personalidade da criança e se torna um ambiente atrativo e propício para a aprendizagem. Oliveira (et al. 2002, 64) salienta que a creche auxilia no desenvolvimento da criança, pois além de prestar os cuidados físicos, propicia o desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional das crianças atendidas.

Vale ressaltar que a possibilidade de oferecer diferentes ambientes também possibilita as oportunidades para a criança desenvolver sua criatividade e interagir com o mundo em que ela vive para muitas crianças essa oportunidade pode ser única, devido às diferenças sociais e culturais que muitas vivem.

Segundo Zabalza (1998), o espaço é um acúmulo de recursos de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Justamente, por isso, é tão importante a organização dos espaços de forma tal que constituam um ambiente rico e estimulante de aprendizagem.

Dessa forma, o professor (a) oferece à criança a possibilidade para a construção de sua identidade pessoal, fazendo com que ela desenvolva o seu próprio conhecimento, tendo autonomia para escolher onde e com quem quer brincar, criando situações imaginárias, interagindo com o ambiente e com os colegas, aprendendo a compartilhar o espaço proposto e a construir suas próprias opiniões.

O ambiente bem organizado e pensado é fundamental para promover uma aprendizagem qualitativa, pois é a organização que constitui e reflete quem vive no ambiente. Dessa forma, é importante que os espaços escolares sejam organizados de maneira adequada para que possibilitem à criança: autonomia, interação, motivação, equilíbrio, sensações, descontração e experiências positivas.

David & Weinstein (1987) afirmam que no que diz respeito ao desenvolvimento infantil existem cinco funções relativas que deveriam ser atendidas ao ser contruídos ambientes para as crianças: identidade pessoal, desenvolvimento de competência,

oportunidade para o crescimento, sensação de segurança e confiança, como ainda oportunidade para o contato social e privacidade.

Acerca dos espaços Kinney e Wharton (2009) salienta

[...] os espaços internos e externos precisam refletir a natureza da abordagem, dando alta prioridade, entre outras coisas, à aprendizagem independente das crianças, à sua criatividade, à aprendizagem em grupo e individual, às suas competências e as necessidades de reflexão. O ambiente é considerado o terceiro educador. (KINNEY; WHARTON, 2009, p.33-34)

Neste sentido, pensar em espaço que a criança seja protagonista, o ambiente precisa ser flexível, este espaço precisa permanecer atualizado as suas necessidades de protagonizar a construção de seus conhecimentos. Os elementos condicionam e são condicionados pelas ações de quem as vivencia.

A organização dos cantos na rotina da educação infantil.

Com essa visão a organização do ambiente no desenvolvimento infantil deverá estar relacionada à concepção educacional, do espaço, com brincadeiras e experiências ricas de aprendizagem; oferecendo à criança a possibilidade para a construção de sua identidade pessoal, fazendo com que ela desenvolva o seu próprio conhecimento, criando situações imaginárias, interagindo com o ambiente e com os coleguinhas, aprendendo a compartilhar o espaço proposto e a construir suas próprias opiniões. Neste sentido, Oliveira (1997) apresenta que

O professor organiza um espaço semi-aberto de atividades, que garante a possibilidade da criança vê-lo e, ao mesmo tempo, interagir com um ou mais parceiros, circular entre os grupos e lhes dá uma atenção mais individualizada, remodelando os cantinhos de tempos em tempos. Entretanto as crianças produzem conhecimentos e significações partilhadas, num clima de tranquilidade e concentração (OLIVEIRA, 1997, p.196).

Assim, os cantinhos possibilitam ao professor uma observação ativa da brincadeira, e faz com que a criança sinta-se curiosa e instigada a conhecer aquele novo espaço. Os cantinhos podem ser montados de acordo com as atividades trabalhadas ou conforme o interesse das crianças como:

- O cantinho da leitura pode ser organizado com caixas com livros de vários gêneros textuais, revistas, gibis e muitas ilustrações. Pois, mesmo que ela

não saiba ler, o incentivo e o manuseio destes materiais estimulam o prazer pela leitura;

- O cantinho do monta monta é importante que tenha um espaço livre, pois podem utilizá-los de várias maneiras, construindo um prédio, uma casa, um carro, possibilitando a elas a construção e a simulação.
- O cantinho do teatro pode-se expor maquiagens, perucas, fantasias, bolsas, chapéus e outros, desenvolvendo assim a criatividade;
- O cantinho de artes os materiais que podem ser usados são: pintura a dedo, massa de modelar, lápis de cor, giz de cera, folhas brancas e coloridas, entre outros, estimulando a apreciação artística e os diversos tipos de artes (escultura, pintura etc.), bem como o senso crítico e estético;
- O cantinho do médico é essencial as toucas, máscaras, luvas cirúrgicas, embalagens de remédios, esparadrapo, jalecos, fichas médicas, bonecas, que sirvam de pacientes, estetoscópio, termômetro entre outros, aqui o professor estabelecerá a importância das profissões;
- O cantinho da casinha deve conter diferentes objetos como: fogãozinho, panelas, pia, geladeira, mesa, sofá, televisão, passadeira, ferro, frutas plásticas e embalagens de alimentos, camas ou berços, aparelhos usados de telefone etc.; nesse espaço simulará ou representar as pessoas com quem ela vive, seja com os familiares ou amigos;
- O cantinho do faz de conta estimula a criança a lidar com várias questões, pois aqui a criança comandará a história, desenvolvendo assim a fantasia, a ordenação das ideias, a criatividade, a socialização e a integração social;
- O cantinho da música nem sempre é possível ter instrumentos musicais, porém pode-se confeccionar com sucatas, como exemplo: chocalho, bumbo, pandeiro e etc., desenvolvendo a percepção auditiva e rítmica, incentivando também a reciclagem e a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, é importante que o professor não se paute na mesmice, mas que esteja sempre inovando a sua forma de trabalhar com esses cantos, visto que, de forma organizada, com propostas diversificadas, que transmitam aconchego e segurança, as crianças ficarão mais motivadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando nas reflexões propostas no texto, a organização do espaço na escola contribui para que as experiências vividas neste espaço seja diversificada. Cantinhos temáticos trabalham a autonomia da criança em escolher como e com o que quer brincar, propiciando a descentralização da figura professor/aluno e colocando em práticas a educação infantil que garante os direitos de aprendizagens.

Podemos concluir ainda, que uma sala de aula organizada em cantos temáticos, atende aos objetivos da Educação Infantil inscritos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que “[...] Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança [...]” Podendo essa organização de espaço, possibilitar grandes aprendizagens para as crianças alcançando-se assim uma das finalidades da referida lei.

É fundamental para o desenvolvimento da criança o papel do professor em todas as etapas desse trabalho, pois atuará como mediador do ensino, tendo a responsabilidade de criar ambientes lúdicos que permitirão situações de brincadeiras, onde elas aprendem e se desenvolvem com autonomia e identidade.

REFERÊNCIAS

DAVID, T. G.; WEINSTEIN, C. S. The built environment and children's development. In: WEINSTEIN, C. S.; DAVID, T. G. (Ed.). **Spaces for children: the built environment and child development**. New York: Plenum, 1987. p.3-18.

KINNEY, L; WHARTON, P. Tornando visível a aprendizagem das crianças. **Educação Inafntil em Reggio Emilia**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed,2009.

Lei de Diretrizes e Bases – **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996

OLIVEIRA, Z. M.; et al. **Creches: crianças, faz de conta e cia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, M. K. O biológico e o cultural: os desdobramentos do pensamento de Vygotsky. In: **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sóciohistórico**. São Paulo: Spcione, 1997. Cap. 5, p. 81-99.

ZABALZA, Miguel. **Qualidade na Educação Infantil**. Artmed: Porto Alegre, 1998.

Capítulo 3

**ALFABETIZAÇÃO EM PAULO FREIRE:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA ENSINAR
E APRENDER NA EJA**

Eweny Cristina Moraes Figueredo

ALFABETIZAÇÃO EM PAULO FREIRE: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA ENSINAR E APRENDER NA EJA

Eweny Cristina Moraes Figueredo

Especialista em Educação Básica - Semed / Paço do Lumiar- MA, Mestre em

Educação; ewenycmf1234@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa reflete a alfabetização em Paulo Freire : contribuições e desafios para ensinar e aprender na EJA. Visa analisar os desafios da prática de alfabetização a partir do método Paulo Freire. Problematicamos o tema em questão, tendo em vista analisar os desafios inerentes à prática pedagógica de alfabetização a partir do método Paulo Freire. A investigação baseou-se na abordagem qualitativa e na análise da literatura, cujo processos são adequados para entender a natureza de um fenômeno social. Tal efetivação ocorreu a partir de autores como Brandão (2005) Cagliari (2009) Durante (1998) Freire (2011) Saviani (2008) Pimenta (2002) e, também, por meio de documentos normativos. Alfabetizar na perspectiva de Paulo Freire tem como finalidade a libertação. Isso pressupõe um método capaz de estabelecer relações entre educação e a realidade concreta do educando. Frisou-se, ainda que o legado freineriano não se baseia numa aprendizagem constituída por fórmulas a serem decoradas, mas sim, aprendidas por meio de práticas de leituras coletivas e solidárias Concluímos que o uso do método Paulo Freire na EJA é essencial, pois se apresenta como uma ferramenta pedagógica de alfabetização capaz potencializar o processo de ensino aprendizagem e tornar a sala de aula um espaço mais significativo aos jovens e adultos, no entanto, os desafios para alfabetização são variados e continuam presente no Brasil.

Palavras-chave: Alfabetizar. EJA. Contribuições e Desafios.

Abstract: This research reflects literacy in Paulo Freire: contributions and challenges to teaching and learning in EJA. It aims to analyze the challenges of literacy practice from the Paulo Freire method. We problematize the subject in question, in order to analyze the challenges inherent to the pedagogical practice of literacy based on the Paulo Freire method. The investigation was based on a qualitative approach and literature analysis, whose processes are suitable for understanding the nature of a social phenomenon. Such effectiveness occurred from authors such as Brandão (2005) Cagliari (2009) Durante (1998) Freire (2011) Saviani (2008) Pimenta (2002) and also through normative documents. Literacy in Paulo Freire's perspective aims at liberation. This presupposes a method capable of establishing relationships between education and the student's concrete reality. It was emphasized, even though the Freinerian legacy is not based on learning made up of formulas to be memorized, but learned through practices of collective and solidary readings. as a pedagogical literacy tool capable of enhancing the teaching-learning process and making the classroom a more meaningful space for young people and adults, however, the challenges for literacy are varied and continue to be present in Brazil.

Keywords: Literacy. EJA. Contributions and Challenges.

INTRODUZINDO O TEMA

Esta pesquisa reflete sobre a Alfabetização em Paulo Freire com destaque para as contribuições e desafios para ensinar e aprender na EJA. Assim, problematizamos o tema em questão, tendo em vista analisar os desafios inerentes à prática pedagógica de alfabetização a partir do método Paulo Freire. Tal produção, baseou-se na abordagem qualitativa, cujo processo é adequado para entender a natureza de um fenômeno social; na análise da literatura, a partir de autores como Brandão (2005) Cagliari (2009) Durante (1998) Freire (2011) Saviani (2008) Pimenta (2002) e de documentos normativos.

Destacamos que alfabetizar na perspectiva de Paulo Freire, vai muito além do que ensinar letras, sílabas e palavras dispostas no livro didático, ou mesmo, daquelas registradas na lousa, como se o ensinar fosse possível acontecer no vazio, com o (a) professor (a), geralmente visto como aquele (a) que supostamente sabe mais, tentando enfiar o saber pronto, já organizado nos manuais de orientações, na cabeça daquele (a) que sabe menos, o (a) aluno (a). Contrariando esse modelo de ensino tradicionalmente muito utilizado na EJA, até mesmo por meio do uso diário das cartilhas, enfatizamos a ideia do método em questão, Paulo Freire, de que o ensinar e o aprender numa perspectiva libertadora ocorre por meio de práticas dialógicas entre educador e educando. O método consiste na troca entre professor (a) e aluno (a). Nesse sentido, ensina-se com alguém e não para alguém. Portanto, é importante considerar que a educação e a aprendizagem são atos coletivos, onde alunos (as) e professores (as) ensinam, mas também aprendem uns com os outros partir das relações que estabelecem nos espaços de trocas de saberes e de aprendizagem.

É importante frisar que a Pedagogia de Freire ocorre no sentido oposto daquelas que primeiro ensinam as palavras para que tão somente o aluno seja levado a aprender o seu sentido e/ou significado no mundo vivido. O legado freineriano não se baseia numa aprendizagem constituída por fórmulas a serem decoradas, mas sim, aprendidas por meio de práticas de leituras coletivas e solidárias, primeiramente, fazendo a leitura do mundo, e em seguida, a leitura da palavra. Um método cuja finalidade é a libertação, busca vincular-se às práticas pedagógicas que valorizam a pesquisa de temas da realidade concreta, aproximando os (as) alunos (as) de fatos

reais que permeiam em sua vida. Daí a necessidade de conhecer e escolher um método capaz de promover, no âmbito da prática de ensino aprendizagem, as relações necessárias entre educação, homem, história, cultura, trabalho e as demais experiências sociais e profissionais do (s) educando (s).

Neste estudo, chegamos à conclusão de que o método Paulo Freire na EJA é uma ferramenta pedagógica de alfabetização capaz potencializar o processo de ensino aprendizagem e tornar a sala de aula um espaço mais significativo aos jovens e adultos. Entretanto, os desafios para alfabetizar na EJA ainda são recorrentes e variados no atual contexto brasileiro, alguns atrelados à falta de compreensão do que é alfabetizar, na intencionalidade do planejamento, nas dificuldades que o (a) professor (a) encontra para escolher as estratégias mais adequadas à aplicação do método com alunos (as) que apresentam níveis de alfabetização diferentes, nas condições objetivas de trabalho e nas condições subjetivas de cada aluno, na não concretização das políticas educacionais e na falta de financiamento na educação, etc.

ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: A EJA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

A alfabetização no Brasil sempre foi um motivo de preocupação, seja nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seja na Educação de Jovens e Adultos. O seu contrário, isto é, o analfabetismo, perdura por muito tempo e já existe no país anteriormente ao século XXI, mas é necessário que este seja efetivamente substituído pelo outro que traduz um ideal positivo para a sociedade brasileira.

Este problema crônico (analfabetismo) no país está condicionado a fatores diversos, o que vem acarretando, no decorrer dos tempos, situações de exclusão e servindo de barreiras para o desenvolvimento social. Para Durante (1998), essa modalidade de educação caracteriza-se como um campo complexo porque envolve questões além do educacional. Envolve sobretudo situações de desigualdade socioeconômica em que se encontra grande parte da população do país. A autora explica ainda que a mudança no quadro de desigualdade demanda mudança também na qualidade de vida social, econômica, política e cultural.

No entanto, é no século XIX que começam as discussões sobre o analfabetismo no Brasil e os movimentos sociais em busca de sua superação. Cabe destacar que é a Constituição Federal de 1988, denominada também de Constituição

Cidadã, que passou a garantir a todos os brasileiros os direitos antes negados, dentre os quais, o de estudar e, conseqüentemente, o direito de se alfabetizar. O Ensino Fundamental se tornou um direito de todos dos cidadãos, “ mas é preciso atentar que a inscrição desse direito na Constituição foi produto de movimentos que lutaram por esse modo de registro e dos que entenderam a sua importância e necessidade”. (BRASIL, 2013, p. 345).

Mesmo com o direito constitucional conquistado, a escolaridade não foi alcançada por todos. Nesse sentido, é correto dizer que o país falhou e continua falhando no que se refere à “[...] garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”. (BRASIL, 1996). De acordo com Saviani (2008, p. 12), chegamos ao “final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental, com a conseqüente erradicação do analfabetismo”. A Lei Maior do Brasil determina no Art. 205 que a educação é um

[...]direito de todos e dever do Estado e da família e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho[...] o Estado tem o dever de assegurar educação básica gratuita para todos aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988).

Porém, os Sistemas de Ensino devem garantir também o sucesso dos educandos. Diante do exposto, a educação e a aprendizagem são direitos que devem ser garantidos ao longo da vida dos indivíduos, porém, somente o acesso não é garantia de qualidade e sucesso. Nesse sentido é preciso que “ os sistemas de ensino assegurem gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas”. (BRASIL, 2013, p. 345).

Com base na Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção e um novo modelo pedagógico próprio e de organização relativamente recente (BRASIL, 2013). É oportuno ressaltar que com a promulgação da CF/ 1988 e de outras leis que a sucederam, o país começou a dar seus primeiros passos rumo à democratização da educação e da aprendizagem, e por que não dizer da alfabetização, algo anteriormente possível somente para uma pequena parcela da população, geralmente as que formavam a classe burguesa da sociedade e que tinham privilégios de estar nos espaços

escolares. Mediante as normativas constitucionais, mulheres e crianças, dentre outros excluídos do processo, passaram a adquirir os mesmos direitos dos demais. Outro documento normativo que contempla a EJA é o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/ 2014, indicando metas e estratégias, dentre as quais, aquelas voltadas à superação do analfabetismo.

Após a CF/ 1988, a educação para os jovens e adultos foi ampliada, mas o destino e feições dadas a EJA da forma como temos hoje nas escolas brasileiras foram sendo construídas por meio de vários movimentos, um destes foi o movimento de educação popular, cuja fonte inspiradora foi Paulo Freire. Mas, trata-se de uma modalidade de ensino que precisa avançar em todos os quesitos. Muitas turmas de EJA estão fechando por falta de alunos, recursos humanos, incentivo aos alunos, estímulo ao acesso e permanência dos trabalhadores na escola, falta de ações integradas e articuladas à educação profissional.

Ademais, muitas políticas públicas criadas para atender essa modalidade de ensino não são concretizadas. Entendemos que o avanço quantitativo e qualitativo da EJA, no atual contexto, requer investimentos em políticas públicas educacionais e financiamento condizentes para cumprir com as demandas da educação. Entende-se por política educacional as “[...] decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação”. (SAVIANI, 2008, p. 7). Já o financiamento é o “mecanismo principal de execução das políticas educacionais”. (CARMO, 2020, 406). A definição de tais políticas deve ser pensada sobretudo para atender as metas do PNE/ 2014. Com relação a EJA, é preciso destacar a meta de nº 9, visto que ela é reveladora da importância de o país melhorar o processo de alfabetização e superar o analfabetismo funcional.

Meta 9- Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014).

Essa meta conta com 12 (doze) estratégias que deveriam/ devem ser colocadas em práticas mediante ações programadas pelos Sistemas de Ensino e escolas que as constituem, com vistas às mudanças tanto na taxa quanto nas condições de alfabetização necessárias à população jovem e adulta. Ficou definido no atual PNE que o 1º indicador da meta 9 deveria ser alcançado até o ano de 2015. Entretanto, “no Brasil, em 2019, havia 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais

de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,6%” (PNAD, 2019, p. 2).

[...] no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,0% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 11,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% entre a população de 15 anos ou mais. (PNAD, 2019, p. 2)

Já o indicador 2, que prevê a erradicação do analfabetismo, está previsto para o fim da vigência do plano, ou seja, 2024. As taxas de analfabetismo em todas as regiões do país ainda são altas e os desafios diversos. Convém refletir sobre as limitações na concretização das políticas públicas educacionais do país. Para Saviani (2008) as limitações das políticas públicas educacionais e do financiamento da educação se tornaram problemas históricos no Brasil e estão relacionadas à escassez dos recursos financeiros destinados à educação e às intermináveis reformas que impedem a continuidade das mesmas. Assim como ocorreu com o PNE 2011-2020, que foi substituído por outro, antes mesmo de suas metas serem alcançadas, seu substituto, o atual PNE / 2014, também encontra-se com seus dias contados e muitas de suas metas ainda não foram alcançadas.

A ALFABETIZAÇÃO NA EJA: DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS EM PAULO FREIRE

Uma das principais aprendizagens para os Jovens e Adultos que não tiveram acesso à escola ou que o processo de escolarização foi interrompido é a alfabetização. Aprender a ler e a escrever é um dos objetivos a serem alcançados por muitos (as) alunos (as) que buscam, na contemporaneidade, essa modalidade de ensino. No entanto, trata-se de uma prática desafiadora para os (as) professores (as) e para os alunos (as). Para Cagliari (2009, p. 7),

A alfabetização é, sem dúvida, o momento mais importantes da formação escolar de uma pessoa, assim como a invenção da escrita foi no momento mais importante da história da humanidade, pois somente através dos registros escritos o saber acumulado pôde ser controlado pelos indivíduos.

Cabe enfatizar o conhecimento como uma das principais armas para a libertação do homem. Daí a importância de um espaço escolar que se preocupe e se organize para contribuir com a formação e humanização deste homem, e de um professor (a), cuja concepção pedagógica seja problematizadora e libertadora. Um trabalho nesta direção nem sempre se faz presente nas salas de aula da EJA, apesar

de se tratar de uma modelo de ensino e aprendizagem viável e possível, desde que seja baseado na ação reflexão da e na prática pedagógica com os (as) alunos, sujeitos estes que buscam o ambiente escolar para aprender e reaprender. Nesta relação de trocas de experiências e cultura com os pares, os alunos (as) contribuem fazendo uso dos saberes já construídos em prol da produção de novos conhecimentos. Segundo Ghendi (2002, p. 135) é na prática refletida (ação e reflexão) que o conhecimento se produz, na inseparabilidade entre teoria e prática.

Os saberes da experiência não são saberes como os demais, eles são formadores de todos os demais[...]. A experiência docente é espaço gerador e produtor de conhecimento, mas isso não é possível sem uma sistematização que passa por uma postura crítica do educador sobre as próprias experiências. Refletir sobre os conteúdos trabalhados, as maneiras como se trabalha, a postura frente aos educandos, frente ao sistema social, político, econômico, cultural é fundamental para se chegar à produção de um saber fundado na experiência. (GHEDIN, 2002, p. 135)

Os alunos, jovens e adultos, quando chegam à escola, espaço de construção de conhecimentos, trazem saberes já construídos a partir de suas experiências sociais, culturais e políticas. Possuem concepções de mundo, de sociedade e de homem, mas trazem junto consigo, também, necessidades de aprendizagens específicas, muitas destas sobretudo atreladas às dificuldades de leitura, escrita e resolução de operações matemáticas, habilidades estas que são meios para progredir nos estudos e exercer com autonomia a cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei ° 9.394/ 1996 prevê que o Ensino Fundamental tem como objetivo formativo “ o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. Independente da etapa ou modalidade de ensino, essas são aprendizagens básicas que devem ser construídas e / ou consolidadas pelos (as) alunos (as) da EJA que ainda não desenvolveram tais competências.

É correto dizer que o método Paulo Freire contribui de forma significativa para o ensino e aprendizagem de jovens e adultos, porém mostra-se desafiador para muitos (as) professores (as) que cumprem suas jornadas laborais na EJA. Ensinar a ler e escrever pressupõe conhecer o método na sua essência, seus fundamentos teóricos e metodológicos, suas etapas etc. Consideramos a EJA como uma modalidade importante para a formação. Neste espaço, muitas experiências de ensino e aprendizagem da leitura e escrita são executadas com competência, outras, porém, tendem a ser frustrantes para os (as) alunos (as), visto que algumas práticas ainda são baseadas em métodos tradicionais, dentre os quais, o da cartilha. “ A cartilha é

um saber abstrato, pré- fabricado e imposto. É uma espécie de roupa de tamanho único que serve pra todo mundo e pra ninguém”. (BRANDÃO, 2005, p. 22). Espaços de ensino e aprendizagem que seguem essa linha de trabalho didático pedagógico, tornam-se inoperantes na construção de conhecimentos significativos e desenvolvimento da consciência crítica. Esta é libertadora e promotora da transformação e emancipação social. Romper com o ensino bancário e substituí-lo por um método libertador é necessário, pois naquele não há condições para a construção de conhecimento. Para tanto, é preciso superar as concepções tradicionais, as contradições existentes entre educador e educando, abrir o espaço da sala de aula para o diálogo, e ainda

[...] fundar e fundamentar o saber docente na práxis[...] romper com o modelo ‘tecnicista mecânico’ da tradicional divisão do trabalho e impor um novo paradigma epistemológico capaz de emancipar e ‘automatizar’ não só o educador, mas olhando-se a si e a própria autonomia, possibilitar a autêntica emancipação dos educandos, não sendo mais um agente formador de mão – de – obra para o mercado, mas o arquiteto da nova sociedade, livre e consciente de seu projeto político. (GHEDIN, 2002, p. 135).

Para Freire (2011) é através do diálogo que se opera a superação de que resulta um terno novo. A lógica ideal na prática real - concreta de sala de aula não é mais educador do educando, mas educador- educando e vice – versa. Nestes termos, professor (a) educa e é educado através do diálogo com o educando, que também educa ao ser educado. Portanto, ambos se tornam sujeitos do processo de ensinar e aprender.

Muitos métodos de alfabetização, assim como o das cartilhas, têm materiais prontos e são usados como recursos por professores (as) que pensam que ensinar é enfiar o saber pronto na cabeça do (a) aluno (a). Mas, não podemos generalizar, pois muitos outros, porém, que já passaram/passam pela EJA demonstravam/demonstram plena consciência de que ensinar só pode acontecer por meio de um diálogo construtivo e solidário entre os pares. O núcleo da alfabetização destes professores (as) era/ é sempre uma fala social que se transformava/ transforma em escrita pedagógica. O ABC do método usado por estes professores (as) conscientes de sua função social e política na educação partia/ parte inicialmente da pesquisa do universo vocabular dos (as) alunos (as). A citação a seguir é ilustrativa de como o método Paulo Freire deve ser aplicado na prática.

A partir do levantamento das ‘palavras’ a pesquisa descobre as pistas de um mundo imediato, configurado pelo repertório dos símbolos através dos quais

os educandos passam para as etapas seguintes do aprendizado coletivo e solidário de uma dupla leitura: a da realidade social que se vive e a da palavra escrita que se retraduz. (BRANDÃO, 2005, p. 27).

Cabe esclarecer que essas ricas palavras geradoras não emergem do acaso, tampouco dos materiais didáticos ou da mente do professor (a), mas do universo vocabular e das situações significativas da vida dos (as) alunos (as). Mostram-se cada vez mais relevantes à proporção que apresentam maior porcentagem de critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos. Numa dimensão mais ampla de trabalho com o método Paulo Freire, faz-se importante fazer uso de temas geradores que, assim como as palavras geradoras, são também condutores de debates e compreensão de mundo.

De acordo com Brandão (2005), essa prática com os temas acontece com maior frequência, quando a etapa da alfabetização é prolongada na de pós – alfabetização, para que os (as) alunos (as) adquiram plenamente a alfabetização funcional, ou seja, domínio de habilidades de leitura, escrita e cálculos mais operativos do que aqueles que a simples alfabetização proporciona. Vale ressaltar que a alfabetização na EJA só faz sentido quando permite o encontro de consciências, deixa de ser algo externo ao educando e passa a emergir dele, das situações existenciais, capacitando-o continuamente a pensar e agir de forma crítica e consciente para transformar a sua vida e o mundo em que vive.

BREVE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa refletimos sobre a alfabetização na EJA destacando os desafios dos professores e alunos no processo de ensinar e aprender habilidades como ler e escrever via método Paulo Freire. Tal produção, baseou-se na abordagem qualitativa, análise da literatura, dos documentos legislativos e das observações ancoradas na experiência como Coordenador Pedagógico nesta modalidade de ensino.

Alfabetizar na EJA é uma prática necessária, visto que muitos alunos (as) matriculados nesta modalidade de ensino chegam na sala de aula sem saber ler e escrever o próprio nome. Julgamos importante que tal prática pedagógica seja baseada na perspectiva do método Paulo Freire, modelo de ensino aprendizagem dialógico e solidário - capaz de promover aprendizagens significativas aos jovens e adultos e libertá-lo. Trata-se, porém, de um método desafiador. As limitações para sua

concretização na sala de aula na EJA estão atreladas a fatores diversos, tais como: à falta de compreensão do que é alfabetizar, conhecimento sobre os métodos de alfabetização, principalmente, o método de Paulo Freire e na dificuldade para escolher as estratégias e/ ou recursos mais adequados para alfabetizar. Daí a necessidade de qualificação docente continuada sobre alfabetização na EJA para garantir processos de ensino e aprendizagem mais significativos.

Salientamos a importância da valorização social para os Programas de jovens e adultos. Consideramos a necessidade de ampliar e assegurar a oferta da EJA principalmente no noturno para atender aqueles (as) alunos (as) que trabalham no turno diurno. Outro aspecto que merece atenção, diz respeito à garantia de recursos teóricos - didáticos apropriados para essa modalidade, tanto para a atuação dos (as) professores (as) quanto para uso dos (as) alunos (as).

Observamos ainda que o analfabetismo no Brasil, em pleno século XXI, apresenta taxas elevadas, porém, o acesso à EJA por si só não é suficiente para sanar as demandas desta área. Ampliar a oferta e garantir o sucesso demanda financiamento e controle social acerca do uso dos mesmos na área da educação com vistas à concretização das políticas públicas educacionais, inclusive, daquelas direcionadas ao desenvolvimento da EJA. O fundamental é que a EJA continue existindo; que o processo de alfabetização de jovens e adultos seja mediado a partir do método Paulo Freire, cujas etapas são vinculadas à realidade e experiências dos (as) alunos (as); que esta modalidade de ensino continue avançando em políticas públicas educacionais. Enfim, que as metas previstas no PNE/ 2014 sejam alcançadas até o final de sua vigência.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.**- São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República, Casa Civil: Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 fev.2021.

BRASIL. **LDB – Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil:

Brasília, DF, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, DF, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística**. – São Paulo: Scipione, 2009.
CARMO, Eraldo Souza do. **Financiamento da educação e as implicações à garantia do direito e qualidade da educação**. V.18, nº 37, set-dez, 2020.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Grupo A, 1998;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50.ed.rev. e atual.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GHENDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido. GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. – São Paulo: Cortez, 2002, p. 129-150.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua**. IBGE, 2019. Disponível
m:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**1revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

Capítulo 4

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: JOGAR, BRINCAR, UMA FORMA DE EDUCAR

Vilma Terrenque de Oliveira

Marineide Elias Alexandre

Luana da Silva Benistes

Pátricia Michele Felipe

Elisangela Aparecida Castilho Cabreira Silva

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: JOGAR, BRINCAR, UMA FORMA DE EDUCAR

Vilma Terrenque de Oliveira

Graduação Normal Superior-Habilitação em Magistério na Educação Infantil e anos Iniciais do ensino fundamental na fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais, Instituto ESAP. Especialização em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica, Instituto ESAP. Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento, na área da Educação na Instituição Faculdade de Administração FAHE. Licenciatura em Artes Visuais na UNAR

Marineide Elias Alexandre

Graduação em Pedagogia Universidade Anhaguera-Uniderp. Pós-Graduação Educação Especial e Inclusão. Pós-Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Licenciada em Letras

Luana da Silva Benistes

Licenciatura em Pedagogia

Pátricia Michele Felipe

Licenciada Plena em Educação Física pela faculdade Integradas Fátima do Sul FIFASUL. Pós-Graduada em Educação Física Escolar pela Instituição Unina

Elisangela Aparecida Castilho Cabreira Silva

Pedagogia Universidade Anhanguera Uniderp. Pós Graduação Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual e sistema Braille - Faculdade de Educação São Luís. Neuropedagogia na Educação Faculdade Rhema. Pós Educação Especial - Fatec. Pós Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental de nove anos.

RESUMO

A pesquisa fala em si da importância das brincadeiras do jogo e o que isso vem trazer de benefício para as crianças. Será que os jogos e as brincadeiras estão sendo usados de maneira correta pelos professores ou estão sendo usados sem orientações? Muitas vezes o professor deixa de lado a ludicidade mesmo sabendo o quanto é importante para o desenvolvimento de seu aluno. O lúdico é importante de ser trabalhado mas por ser mais trabalhoso os professores preferem deixar de lado e usar o jogo como um descanso depois das atividades.

Palavras-chave: Brinquedo, jogo e lúdico.

INTRODUÇÃO

O ser humano, em todas as fases de sua vida, está sempre descobrindo e aprendendo coisas novas pelo contato com seus semelhantes e pelo domínio sobre o meio em que vive. Ele nasceu para aprender, para descobrir e apropriar-se dos conhecimentos, desde os mais simples até os mais complexos, e é isso que lhe garante a sobrevivência e a integração na sociedade como ser participativo, crítico e criativo.

A esse ato de busca, de troca, de interação, de apropriação é que damos o nome de educação. Esta não existe por si só; é uma ação conjunta entre as pessoas que cooperam, comunicam-se e comungam do mesmo saber. A infância é a idade das brincadeiras. Acredita-se que por meio delas a criança satisfaz, em grande parte, seus interesses, necessidades e desejos particulares, sendo um meio privilegiado de inserção na realidade, pois expressa a maneira como a criança reflete, ordena, desorganiza, destrói e reconstrói o mundo.

Destaca-se o lúdico como uma das maneiras mais eficazes de envolver o aluno nas atividades, pois a brincadeira é algo inerente na criança, é sua forma de trabalhar, refletir e descobrir o mundo que a cerca. A pesquisa aqui apresentada, O lúdico na educação infantil, tem por objetivo oportunizar ao educador a compreensão do significado e da importância das atividades lúdicas na educação infantil, procurando provocá-lo, para que insira o brincar em seus projetos educativos, tendo intencionalidade, objetivos e consciência clara de sua ação em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem infantil.

É muito importante aprender com alegria, com vontade. Comenta Snyders (1996, p.36) que “educar é ir em direção à alegria.” As técnicas lúdicas fazem com que a criança aprenda com prazer, alegria e entretenimento, sendo relevante ressaltar

que a educação lúdica está distante da concepção ingênua de passatempo, brincadeira vulgar, diversão superficial.

“A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo” (ALMEIDA, 1995, p.11). Portanto, é de primordial importância a utilização das brincadeiras e dos jogos no processo pedagógico, pois os conteúdos podem ser ensinados por intermédio de atividades predominantemente lúdicas.

O lúdico permite um desenvolvimento global e uma visão de mundo mais real. Por meio das descobertas e da criatividade, a criança pode se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade. Se bem aplicada e compreendida, a educação lúdica poderá contribuir para a melhoria do ensino, quer na qualificação ou formação crítica do educando, quer para redefinir valores e para melhorar o relacionamento das pessoas na sociedade.

Para que a educação lúdica caminhe efetivamente na educação é preciso refletir sobre a sua importância no processo de ensinar e aprender. Cientes da importância do lúdico na formação integral da criança encaminhamos os estudos abordando a seguinte questão: Qual a importância das atividades lúdicas na educação infantil ?

O presente artigo tem como objetivo conceituar o lúdico demonstrando sua importância no desenvolvimento infantil e dentro da educação como uma metodologia que possibilita mais vida, prazer e significado ao processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que é particularmente poderoso para estimular a vida social e o desenvolvimento construtivo da criança.

A pesquisa bibliográfica tem a pretensão de contribuir para a formação de profissionais que consideram “o ser criança” e “o brincar” como a fase mais importante da infância e do desenvolvimento humano. Para tanto, referenciamos em autores, como Vygotsky (1984), Negrine (1994), Santos (1999), Sneyders (1996), Huizinga (1990), Marcelino (1990) e outros que abordam a importância do lúdico no desenvolvimento infantil e na educação.

1 A LINGUAGEM REFERENTE AO LÚDICO

A literatura especializada no tema não registra concordância quanto a um conceito comum para o lúdico na educação. Porém, alguns autores relacionam o lúdico ao jogo e estudam profundamente sua importância na educação. Huizinga (1990) foi um dos autores que mais se aprofundou no assunto, estudando o jogo em diferentes culturas e línguas. Estudou suas aplicações na língua grega, chinês, japonês, línguas hebraicas, latim, inglês, alemão, holandês, entre outras. O mesmo autor verificou a origem da palavra - em português, “jogo”; em francês “jeu”; em italiano, “gioco”; em espanhol, “juico”. Jogo advém de “jocus” (latim), cujo sentido abrangia apenas gracejar ou traçar.

O referido autor propõe uma definição para o jogo que abrange tanto as manifestações competitivas como as demais. O jogo é uma atividade de ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, seguindo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias dotadas de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentido de tensão, de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana.

Segundo Piaget (1975) e Winnicott (1975), conceitos como jogo, brinquedo e brincadeira são formados ao longo de nossa vivência. É a forma que cada um utiliza para nomear o seu brincar. No entanto, tanto a palavra jogo quanto a palavra brincadeira podem ser sinônimas de divertimento.

Vejamos como esses termos são definidos no dicionário Larousse (1982):

Jogo - ação de jogar; folguedo, brinco, divertimento. Seguem - se alguns exemplos: jogo de futebol; Jogos Olímpicos; jogo de damas; jogos de azar; jogo de palavras; jogo de empurra;

Brinquedo - objeto destinado a divertir uma criança, suporte da brincadeira; Brincadeira - ação de brincar, divertimento. Gracejo, zombaria. Festinha entre amigos ou parentes. Qualquer coisa que se faz por imprudência ou leviandade e que custa mais do que se esperava: aquela brincadeira custou-me caro.

Neste artigo, as palavras jogo, brincadeira, brinquedo e lúdico se apresentam num sentido mais amplo. Por isso, a necessidade de definir esses termos: Brincadeira basicamente se refere à ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não-estruturada; Jogo é compreendido como uma brincadeira que

envolve regras; Brinquedo é utilizado para designar o sentido de objeto de brincar; já a atividade lúdica abrange, de forma mais ampla, os conceitos anteriores.

1.1 BRINCAR: QUESTÃO DE HÁBITO OU NECESSIDADE?

Conforme Santos (1999), para a criança, brincar é viver. Esta é uma afirmativa bastante usada e aceita, pois a própria história da humanidade nos mostra que as crianças sempre brincaram, brincam hoje e, certamente, continuarão brincando. Sabemos que ela brinca porque gosta de brincar e que, quando isso não acontece, alguma coisa pode não estar bem. Enquanto algumas crianças brincam por prazer, outras brincam para dominar angústias, dar vazão à agressividade.

Vejamos o enfoque teórico dado ao brincar por Santos (1999), dentre vários pontos de vista:

- do ponto de vista filosófica, o brincar é abordado como um mecanismo para contrapor à racionalidade. A emoção deverá estar junto na ação humana tanto quanto a razão;
- do ponto de vista sociológico, o brincar tem sido visto como a forma mais pura de inserção da criança na sociedade. Brincando, a criança vai assimilando crenças, costumes, regras, leis e hábitos do meio em que vive;
- do ponto de vista psicológico, o brincar está presente em todo o desenvolvimento da criança nas diferentes formas de modificação de seu comportamento;
- do ponto de vista da criatividade, tanto o ato de brincar como o ato criativo estão centrados na busca do “eu”. É no brincar que se pode ser criativo, e é no criar que se brinca com as imagens e signos fazendo uso do próprio potencial;
- do ponto de vista pedagógica, o brincar tem-se revelado como uma estratégia poderosa para a criança aprender. A partir do que foi mencionado sobre o brincar nos mais diferentes dizeres, podemos perceber que ele está presente em todas as dimensões da existência do ser humano e, muito especialmente, na vida das crianças. Podemos afirmar, realmente, que “brincar é viver”, pois a criança aprende a brincar brincando e brinca aprendendo.

A criança brinca porque brincar é uma necessidade básica, assim como a nutrição, a saúde, a habitação e a educação são vitais para o desenvolvimento do potencial infantil. Para manter o equilíbrio com o mundo, a criança necessita brincar,

jogar, criar e inventar. Estas atividades lúdicas tornam-se mais significativas à medida que se desenvolve, inventando, reinventando e construindo. Destaca Chateau (1987, p.14) que “uma criança que não sabe brincar, uma miniatura de velho, será um adulto que não saberá pensar.”

Por meio da psicologia, temos conhecimento que, além de ser genético, o brincar é fundamental para o desenvolvimento psicossocial equilibrado do ser humano. Por intermédio da relação com o brinquedo, a criança desenvolve a afetividade, a criatividade, a capacidade de raciocínio, a estruturação de situações, o entendimento do mundo. Wajskop (1995, p.68) diz que “brincar é a fase mais importante da infância - do desenvolvimento humano neste período - por ser a auto-ativa representação do interno - a representação de necessidades e impulsos internos”. Brincando, o sujeito aumenta sua independência, estimula sua sensibilidade visual e auditiva, valoriza sua cultura popular, desenvolve habilidades motoras, exercita sua imaginação, sua criatividade, socializa-se, interage, reequilibra-se, recicla suas emoções, sua necessidade de conhecer e reinventar e, assim, constrói seus conhecimentos.

1.2 A CRIANÇA, A EDUCAÇÃO E O LÚDICO

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e constantemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. Assim é possível que, por exemplo, em uma mesma cidade, existam diferentes maneiras de se considerar as crianças, dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte.

Boa parte das crianças brasileiras enfrenta um cotidiano bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições de vida, ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte de adultos. Outras crianças são protegidas de todas as maneiras, recebendo de suas famílias e da sociedade em geral cuidados necessários ao seu desenvolvimento. A Proposta Curricular de Mato Grosso do Sul (1998, p.21) define que:

[...] a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada

cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo social em que se desenvolve, mas também o marca.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo deve ser o grande desafio da educação infantil. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia e sociologia possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças. Alerta Rosamilha (1979, p.77):

A criança é, antes de tudo, um ser feito para brincar. O jogo, eis aí um artifício que a natureza encontrou para levar a criança a empregar uma atividade útil ao seu desenvolvimento físico e mental. Usemos um pouco mais esse artifício, coloquemos o ensino mais ao nível da criança, fazendo de seus instintos naturais, aliados e não inimigos. A capacidade de brincar possibilita às crianças um espaço para resolução dos problemas que as rodeiam. A literatura especializada no crescimento e no desenvolvimento infantil considera que o ato de brincar é mais que a simples satisfação de desejos. O brincar é o fazer em si, um fazer que requer tempo e espaço próprios; um fazer que se constitui de experiências culturais, que são universais, e próprio da saúde porque facilita o crescimento, conduz aos relacionamentos grupais, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo e com os outros.

Cabe ressaltar, no entanto, que no mundo capitalista em que vivemos o lúdico está sendo extraído do universo infantil. As crianças estão brincando cada vez menos por inúmeras razões: uma delas é o amadurecimento precoce; outra é a redução violenta do espaço físico e do tempo de brincar, ou seja, o excesso de atividades atribuídas, tais como escola, natação, inglês, computação, ginástica, dança, pintura, etc. Tudo isso toma o tempo das crianças e, na hora de brincar, quando sobra tempo, muitas vezes ficam horas em frente à televisão, divertindo-se com jogos violentos e rodeados de brinquedos eletrônicos, onde as interações sociais e a liberdade de agir ficam determinadas pelo próprio brinquedo.

Eles fazem quase tudo pelas crianças, se movimentam e até falam, sobrando pouco espaço para o faz-de-conta. Entretanto, o mais grave de tudo, é que os pais estão esquecendo a importância do brincar. Muitos acham que um bom presente é um tênis de grife ou uma roupa porque é “mais útil”. Brinquedo virou supérfluo. No desespero por fazer economia, os pais estão cortando o brinquedo do orçamento familiar. Grande engano, com consequências muito sérias se o erro não for reparado a tempo, pois as roupas e acessórios em geral não vão desenvolver o raciocínio nem a afetividade. Pelo contrário, vão transformar a criança em um mini-adulto que, desde já, precisa estar “sempre ligado”. Mas e o resto? E a criatividade, a emoção, o

desenvolvimento lógico e casual, a alegria de brincar? Tudo isso pode ser economizado?

É preciso respeitar o tempo da criança, em ser criança, sua maneira absolutamente original de ser e estar no mundo, de vivê-lo, de descobri-lo, de conhecê-lo, tudo simultaneamente. É preciso quebrar alguns paradigmas que foram sendo criados. Brinquedo não é só um presente, um agrado que se faz à criança: é investimento em crianças sadias do ponto de vista psicossocial. Ele é a estrada que a criança percorre para chegar ao coração das coisas, para desvendar os segredos que lhe esconde um olhar surpreso ou acolhedor, para desfazer temores, explorando o desconhecido.

1.3 O PAPEL DA LUDICIDADE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Vygotsky (1984) atribui relevante papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil. É brincando, jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos.

A criança, por meio da brincadeira, reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento. A linguagem, segundo Vygotsky (1984), tem importante papel no desenvolvimento cognitivo da criança à medida que sistematiza suas experiências e ainda colabora na organização dos processos em andamento.

De acordo com Vygotsky (1984, p.97):

A brincadeira cria para as crianças uma “zona de desenvolvimento proximal” que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz.

Por meio das atividades lúdicas, a criança reproduz muitas situações vividas em seu cotidiano, as quais, pela imaginação e pelo faz-de-conta, são reelaboradas. Esta representação do cotidiano se dá por meio da combinação entre experiências passadas e novas possibilidades de interpretações e reproduções do real, de acordo com suas afeições, necessidades, desejos e paixões.

Estas ações são fundamentais para a atividade criadora do homem. Tanto para Vygotsky (1984) como para Piaget (1975), o desenvolvimento não é linear, mas evolutivo e, nesse trajeto, a imaginação se desenvolve. Uma vez que a criança brinca

e desenvolve a capacidade para determinado tipo de conhecimento, ela dificilmente perde esta capacidade. É com a formação de conceitos que se dá a verdadeira aprendizagem e é no brincar que está um dos maiores espaços para a formação de conceitos.

Por sua vez, Negrine (1994, p.19) evidencia que as contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contatos sociais, compreende o meio, satisfaz desejos, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade. As interações que o brincar e o jogo oportunizam favorecem a superação do egocentrismo, desenvolvendo a solidariedade e a empatia, e introduzem, especialmente no compartilhamento de jogos e brinquedos, novos sentidos para a posse e o consumo.

1.3.1 Educação e Ludicidade

A educação traz muitos desafios aos que nela trabalham e aos que se dedicam a sua causa. Muito já se pesquisou, escreveu e discutiu sobre a educação, mas o tema é sempre atual e indispensável, pois seu foco principal é o ser humano. Então, pensar em educação é pensar no ser humano, em sua totalidade, em seu corpo, em seu meio ambiente, nas suas preferências, nos seus gostos, nos seus prazeres, enfim, em suas relações vivenciadas.

Alunos querendo mais aprendizagem, não tendo vontade de sair da aula após seu término; alunos querendo voltar à escola porque lá é um lugar bom para passar o dia. Esta é uma realidade desejada por muitos educadores. O que será que os educadores estão fazendo para proporcionar este prazer de aprender nos alunos?

A escola está proporcionando um ambiente para concretizar esta idéia? De acordo com Resende (1999, p. 42-43):

[...] não queremos uma escola cuja aprendizagem esteja centrada nos homens de “talentos”, nem nos gênios, já rotulados. O mundo está cheio de talentos fracassados e de gênios incompreendidos, abandonados à própria sorte. Precisamos de uma escola que forme homens, que possam usar seu conhecimento para o enriquecimento

peçoal, atendendo os anseios de uma sociedade em busca de igualdade de oportunidade para todos.

A maioria das escolas de hoje está preparando seus alunos para um mundo que já não existe. Ações como dar aulas deverão ser substituídas por orientar a aprendizagem do aluno na construção do seu próprio conhecer, como preconiza o construtivismo, o sociointeracionismo, porque, afinal, ou aluno e professor estão mobilizados e engajados no processo, ou não há ensino possível. O homem informa-se. Ninguém ensina a quem não quer aprender, pois Ausebel, citado por Barreto (1998), alerta para o fato de que a verdadeira aprendizagem é sempre significativa.

Na realidade, no contexto atual, já não há mais espaço para o professor informador e para o aluno ouvinte. A muito chegou o tempo da convivência com a auto-aprendizagem, expressão autêntica da construção do conhecimento que força o professor a tornar-se um agilizador do processo ensino-aprendizagem, e o aluno, um verdadeiro pesquisador.

Se entendermos o conhecimento como uma representação mental, devemos saber que ensinar é um convite à exploração, à descoberta, e não uma pobre transmissão de informações e técnicas desprovidas de significado.

Aprender a pensar sobre diferentes assuntos é muito mais importante do que memorizar fatos e dados a respeito dos assuntos. A própria criança nos aponta o caminho no momento em que não utiliza nem precisa utilizar as energias vãs despendidas pela escola, sacrificadas e coroadas pelo descrédito, porque despreparar seus alunos.

O homem é um ser em constante mudança; logo, não é uma realidade acabada. Por esse motivo, a educação não pode arvorar-se do direito de reproduzir modelos e, muito menos, de colocar freios às possibilidades criativas do ser humano original por natureza. Sneyders (1996) comenta que a pedagogia, ao invés de manter-se como sinônimo de teoria de como ensinar e de como aprender deveria transformar a educação em desafio, em que a missão do mestre é propor situações que estimulem a atividade reequilibradora do aluno, construtor do seu próprio conhecimento.

A escola deve compreender que, por um determinado tempo da história pedagógica, foi um dos instrumentos da imobilização da vida, e que esse tempo já terminou. A evolução do próprio conceito de aprendizagem sugere que educar passe a ser facilitar a criatividade, no sentido de repor o ser humano em sua evolução histórica e abandonando de vez a idéia de que aprender significa a mesma coisa que

acumular conhecimentos sobre fatos, dados e informações isoladas numa autêntica sobrecarga da memória. De acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil (1998, p.23),

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeira e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

A idéia de estudo com prazer provém da época de Platão e Aristóteles e foi se adaptando às várias concepções de criança e aos interesses e necessidades da sociedade vigente. Desta forma, a brincadeira exerceu papel e funções específicas de acordo com cada momento histórico. Teve funções e papéis irrelevantes, esteve vinculada à educação de forma descontextualizada com o objetivo de facilitar a transmissão de conhecimentos, ajudou na educação dos filhos, principalmente das mães operárias e, atualmente, tem um papel relevante, pois é um dos maiores espaços que a criança tem para formar seus conceitos, seus conhecimentos, conhecer o mundo e integrar-se a ele.

Entende-se que educar ludicamente não é jogar lições empacotadas para o educando consumir passivamente. Educar é um ato consciente e planejado, é tornar o indivíduo consciente, engajado e feliz no mundo. É seduzir os seres humanos para o prazer de conhecer. É resgatar o verdadeiro sentido da palavra “escola”, local de alegria, prazer intelectual, satisfação e desenvolvimento.

Para atingir esse fim, é preciso que os educadores repensem o conteúdo e a sua prática pedagógica, substituindo a rigidez e a passividade pela vida, pela alegria, pelo entusiasmo de aprender, pela maneira de ver, pensar, compreender e reconstruir o conhecimento.

Almeida (1995, p.41) ressalta:

A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio.

A escola necessita repensar quem ela está educando, considerando a vivência, o repertório e a individualidade do mesmo, pois se não considerar, dificilmente estará contribuindo para mudança e produtividade de seus alunos. A

negação do lúdico pode ser entendida como uma perspectiva geral e, desse ponto de vista, está diretamente relacionada com a negação que a escola faz da criança, com o seu desrespeito, ou ainda, o desrespeito à sua cultura.

1.3.2 O Lúdico como Processo Educativo

Marcelino (1990) defende a reintrodução das atividades lúdicas na escola. Entende-se que esse direito ao respeito não significa a aceitação de que a criança habite um mundo autônomo do adulto, tampouco que deva ser deixada entregue aos seus iguais, recusando-se, assim, a interferência do adulto no processo de educação. Os estudos da psicanálise demonstram, entre outros caracteres não muito nobres, o autoritarismo que impera entre as crianças. Mas a intervenção do adulto não precisa ser necessariamente desrespeitada. É preciso que, ao intervir, o adulto respeite os direitos da criança.

A proposta do autor nos remete a pensar numa ação educativa que considere as relações entre a escola, o lazer e o processo educativo como um dos caminhos a serem trilhados em busca de um futuro diferente. Por isso, vê-se como positiva a presença do jogo, do brincar, das atividades lúdicas nas escolas, nos horários de aulas, como técnicas educativas e como processo pedagógico na apresentação dos conteúdos. As vivências cotidianas, aliadas ao pensamento de alguns teóricos, como Marcellino, Sneyders, Piaget e Vygotsky, permitem-nos aprofundar as reflexões e fazer alguns questionamentos: O conhecimento construído por meio da ludicidade implica uma escola mais autônoma e democrática? Das condições para a ocorrência da alegria, da festa, dentro dos limites da escola, e até mesmo nos horários de aula, e propiciar assim a evasão do real, não seria contribuir para a alienação?

O jogo e a brincadeira são experiências vivenciais prazerosas. Assim também a experiência da aprendizagem tende a se constituir em um processo vivenciado prazerosamente. A escola, ao valorizar as atividades lúdicas, ajuda a criança a formar um bom conceito de mundo, em que a afetividade é acolhida, a sociabilidade vivenciada, a criatividade estimulada e os direitos da criança respeitados. Enquanto a aprendizagem é vista como apropriação e internalização de signos e instrumentos

num contexto sociointeracionista, o brincar é a apropriação ativa da realidade por meio da representação. Desta forma, brincar é análogo a aprender.

Distante dos avanços em todos os campos e das mudanças tão rápidas em todos os setores, é preciso buscar novos caminhos para enfrentar os desafios do novo milênio e, neste cenário que se antevê, será inevitável o resgate do prazer no trabalho, na educação, na vida, visto pela ótica da competência, da criatividade e do comprometimento. Assim, o trabalho a partir da ludicidade abre caminhos para envolver todos numa proposta interacionista, oportunizando o resgate de cada potencial. A partir daí, cada um pode desencadear estratégias lúdicas para dinamizar seu trabalho que, certamente, será mais produtivo, prazeroso e significativo, conforme afirma Marcellino (1990, p.126): “é só do prazer que surge a disciplina e a vontade de aprender”.

É por intermédio da atividade lúdica que a criança se prepara para a vida, assimilando a cultura do meio em que vive, a ela se integrando, adaptando-se às condições que o mundo lhe oferece e aprendendo a competir, cooperar com seus semelhantes e conviver como um ser social. Além de proporcionar prazer e diversão, o jogo, o brinquedo e a brincadeira podem representar um desafio e provocar o pensamento reflexivo da criança. Assim, uma atitude lúdica efetivamente oferece aos alunos experiências concretas, necessárias e indispensáveis às abstrações e operações cognitivas. Pode-se dizer que as atividades lúdicas, os jogos, permitem liberdade de ação, pulsão interior, naturalidade e, conseqüentemente, prazer que raramente são encontrados em outras atividades escolares. Por isso necessitam ser estudados por educadores para poderem utilizá-los pedagogicamente como uma alternativa a mais a serviço do desenvolvimento integral da criança.

O lúdico é essencial para uma escola que se proponha não somente ao sucesso pedagógico, mas também à formação do cidadão, porque a conseqüência imediata dessa ação educativa é a aprendizagem em todas as dimensões: social, cognitiva, relacional e pessoal.

1.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS NA APRENDIZAGEM E SUGESTÕES DE ATIVIDADES

No mundo em que vivemos a escola vem enfrentando um fracasso escolar, as crianças de hoje são tristes, agressivas, discriminadas, com depressão em todo o mundo.

Devido a era tecnológica as crianças não têm tempo para brincar e se interagir com as outras ficam presas em vídeo-game, bonecas sofisticadas, guloseimas extravagantes, deixando de lado o faz-de-conta, as cantigas de roda.

A ausência dos pais causa problemas no desenvolvimento das mesmas como à dissimulação, a agressividade, falta de iniciativa, isolamento, timidez, preguiça ou lentidão mental e falta de criatividade.

As crianças para obterem um bom desenvolvimento escolar e pessoal, necessitam de uma boa alimentação, sono suficiente, espaço próprio, precisa ter limites lógicos, ser respeitada, construir o seu saber e brincar, porém o brincar se coloca num nível importantíssimo para a felicidade e a realização da criança no presente e no futuro. De acordo com Leite (ano,p.53), “a brincadeira, portanto além dos mil motivos da importância na vida da criança, é o verdadeiro impulso da criatividade”.

No entanto, a dificuldade enfrentada na aprendizagem se dá por diferentes fatores como: família desestruturada, pais sempre cansados e irritados. As crianças se deparam com carinho excessivo aos gritos, ameaças e também com professores que muitas vezes as tratam de forma passiva; pensando apenas em manter ordem e disciplina na sala de aula.

Diante dos problemas enfrentados, apresentaremos algumas atividades lúdicas que propicie o desenvolvimento intelectual, social e profissional do indivíduo.

1.4.1 Os Jogos e as Brincadeiras

O jogo e a brincadeira estão presentes em todas as fases da vida dos seres humanos, tornando especial a sua existência. De alguma forma o lúdico se faz presente e acrescenta um ingrediente indispensável no relacionamento entre as pessoas, possibilitando que a criatividade aflore.

Através da brincadeira o educando reproduz o discurso externo e internaliza, construindo seu próprio pensamento.

Segundo Vygotsky (ANO,p.36):

A ludicidade e aprendizagem não podem ser consideradas como ações, como objetos distintos. O jogo e a brincadeira são por si só, uma situação de aprendizagem. As regras e a imaginação favorecem a criança comportamento além do habitual. Nos jogos e brincadeiras as crianças agem como se fosse maior do que a realidade, e isto, inegavelmente contribuem de forma intensa e especial para seu desenvolvimento.

Portanto, através dos jogos e brincadeiras a criança torna-se espontânea, desperta sua criatividade e interage com seu mundo interior e exterior, adquirindo conhecimento e desenvolvendo-se em seus aspectos afetivos, cognitivos e sociais.

Segundo Beheheim (1988, p.168), “brincar é muito importante por que, enquanto estimula o desenvolvimento intelectual à criança também ensina os hábitos necessários ao seu crescimento”.

2.1 CARACTERIZAÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa Primeiramente utilizou-se de um estudo bibliográfico através de análise e fichamento de livros, revistas, *sites* da *internet* relacionados ao tema da pesquisa, e, posteriormente, uma pesquisa de campo.

Segundo TOZONI-REIS (2006), a pesquisa de campo, como próprio nome indica, tem a fonte de dados no campo em que ocorrem os fenômenos, no caso da pesquisa em educação, o campo são os espaços educativos.

A pesquisa de campo em educação, portanto, caracteriza-se pela ida do pesquisador ao campo, aos espaços educativos para coleta de dados, com o objetivo de compreender os fenômenos que nele ocorrem e, pela análise e interpretação desses dados, contribuir, pela produção de conhecimentos, para a construção do saber educacional e o avanço dos processos educativos.

2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A investigação foi realizada com a participação de doze professores na Escola Milton Dias Porto da cidade de Naviraí.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a pesquisa junto aos professores foi a pesquisa.

Conforme TOZONI-REIS (2006), a entrevista é uma técnica muito presente na etapa da coleta de dados da pesquisa qualitativa, em especial no trabalho de campo, tendo como objetivo buscar informações através da fala dos sujeitos a serem ouvidos, os entrevistados. Considera-se entrevista todo tipo de comunicação ou diálogo entre um pesquisador que tem como objetivo coletar informações para serem analisadas e os sujeitos depoentes.

Na entrevista semi-estruturada, as questões são apresentadas ao entrevistado de forma mais espontânea, seguindo sempre uma seqüência mais livre, dependendo do rumo que toma o diálogo. Para tanto, neste tipo de entrevista o pesquisador deve procurar criar um clima espontâneo e descontraído que contribua para atingir os objetivos de estudo em questão (CHIZZOTTI, 1998).

2.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para análise dos dados coletados, observou-se o discurso dos sujeitos procedendo a uma análise descritiva em confronto com a literatura estudada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para verificar a importância do lúdico na educação infantil, observamos como as professoras da rede municipal desenvolvem o trabalho lúdico. A escola “Raio de Sol” (fictício) apesar de ser construída recentemente, possui espaço externo e interno com estruturas básicas para atender as diferentes funções de cuidar e educar de acordo com a faixa etária, os equipamentos são adaptados para atender as exigências de nutrição, saúde, higiene e aprendizagem, enfim contribui para a segurança, tranquilidade e desenvolvimento integral da criança.

A clientela atendida pela escola é de classe baixa e média. Cada sala de aula possui 30 alunos com apenas uma professora. O quadro docente é composto por professores habilitados em magistério, sendo alguns com nível superior. Possui apenas uma diretora e aproximadamente 300 alunos.

Ao perguntarmos sobre a opinião dos mesmos em relação ao lúdico na educação infantil, responderam que é um trabalho muito importante na prática educativa do professor, pois o lúdico possibilita a criança exercer sua capacidade de criar, sendo imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhe são oferecidas nas instituições sendo elas mais voltadas as brincadeiras.

Ao questionarmos sobre como é realizado o trabalho lúdico em sala de aula, responderam que trabalham com atividades permanentes, ou seja, aquelas que respondem as necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e de prazer para as crianças cujos conteúdos necessitam de uma constância.

Já em relação de quais atividades lúdicas utilizam em sua sala de aula, e quais os alunos mais gostam responderam que são as brincadeiras no espaço interno e externo, roda de história, roda de conversa, oficinas de desenhos, pintura modelagem e música.

As atividades também são feitas através de realizações de projetos semanais, mensais e anuais com temas significativos. Quanto à forma que as mesmas avaliam as atividades lúdicas, responderam que a avaliação é feita através da observação e dos registros feitos pelas crianças através do desenho e da escrita.

Após toda base teórica levantada, para melhor entender a importância do lúdico na educação infantil foi aplicado um questionário a algumas professoras em relação ao tema citado.

De acordo com os Parâmetros curriculares da Educação Infantil – Brasil (ANO,p.82) “educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientada de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis”.

Após a pesquisa percebemos que os professores vêm realizando um trabalho diferenciado, levando em conta o aprendizado que a criança traz com sigio e propiciando atividades que as ajudem a compreender melhor o mundo em que vive. A metodologia aplicada por esses professores é a de projetos que trabalham um conjunto de atividades com conhecimentos específicos construídos a partir de um dos eixos de trabalho que se organizam a redor de um problema para resolver ou um produto final que se quer obter, podendo ter duração variadas de acordo com o objetivo que se quer trabalhar.

Percebemos que os professores estão realizando seus trabalhos de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – Brasil (1998).

Os professores contam com uma administração escolar que os auxiliam através de materiais, apoio pedagógico e também proporciona aos pais o direito de acompanhar o processo de aprendizagem de seus filhos, se interagindo dos avanços e conquistas, compreendendo os objetivos e as ações desenvolvidas pela instituição.

CONCLUSÃO

No transcorrer deste texto procuramos nos remeter a reflexões sobre a importância das atividades lúdicas na educação infantil, tendo sido possível desvelar que a ludicidade é de extrema relevância para o desenvolvimento integral da criança, pois para ela brincar é viver.

É relevante mencionar que o brincar nesses espaços educativos precisa estar num constante quadro de inquietações e reflexões dos educadores que o compõem. É sempre bom que se auto-avaliem fazendo perguntas como: A que fins estão sendo propostas às brincadeiras? A quem estão servindo? Como elas estão sendo apresentadas? O que queremos é uma animação, um relaxamento ou uma relação de proximidade cultural e humana?

Como estamos agindo diante das crianças? Elas são ouvidas? Também é importante ressaltar que só é possível reconhecer uma criança se nela o educador reconhecer um pouco da criança que foi e que, de certa forma, ainda existe em si.

Assim, será possível ao educador redescobrir e reconstruir em si mesmo o gosto pelo fazer lúdico, buscando em suas experiências, remotas ou não, brincadeiras de infância e de adolescência que possam contribuir para uma aprendizagem lúdica, prazerosa e significativa.

É competência de a educação infantil proporcionar aos seus educandos um ambiente rico em atividades lúdicas, já que a maioria das crianças de hoje passam grande parte do seu tempo em instituições que atendem a crianças de 0 a 6 anos de idade, permitindo assim permitindo que elas vivam, sonhem, criem e aprendam a serem crianças.

O lúdico proporciona um desenvolvimento sadio e harmonioso, sendo uma tendência instintiva da criança. Ao brincar, a criança aumenta a independência, estimula sua sensibilidade visual e auditiva, valoriza a cultura popular, desenvolve habilidades motoras, diminui a agressividade, exercita a imaginação e a criatividade,

aprimora a inteligência emocional, aumenta a integração, promovendo, assim, o desenvolvimento sadio, o crescimento mental e a adaptação social.

O estudo permitiu compreender que o lúdico é significativo para a criança poder conhecer, compreender e construir seus conhecimentos tornar-se cidadã deste mundo, ser capaz de exercer sua cidadania com dignidade e competência. Sua contribuição também atenta para a formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar por conta própria, sabendo resolver problemas e compreendendo um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

É buscando novas maneiras de ensinar por meio do lúdico que conseguiremos uma educação de qualidade e que realmente consiga ir ao encontro dos interesses e necessidades da criança.

Cabe ressaltar que uma atitude lúdica não é somente a somatória de atividades; é, antes de tudo, uma maneira de ser, de estar, de pensar e de encarar a escola, bem como de relacionar-se com os alunos. É preciso saber entrar no mundo da criança, no seu sonho, no seu jogo e, a partir daí, jogar com ela. Quanto mais espaço lúdico proporcionarmos, mais alegre, espontânea, criativa, autônoma e afetiva ela será.

Propomos, entretanto, aos educadores infantis, transformar o brincar em trabalho pedagógico para que experimentem, como mediadores, o verdadeiro significado da aprendizagem com desejo e prazer.

As atividades lúdicas estão gravemente ameaçadas em nossa sociedade pelos interesses e ideologias de classes dominantes. Portanto, cabe à escola e a nós, educadores, recuperarmos a ludicidade infantil de nossos alunos, ajudando-os a encontrar um sentido para suas vidas. Ao brincar, não se aprendem somente conteúdos escolares; aprende-se algo sobre a vida e a constante peleja que nela travamos.

É preciso que o professor assuma o papel de artífice de um currículo que privilegie as condições facilitadoras de aprendizagens que a ludicidade contém nos seus diversos domínios, afetivo, social, perceptivo-motor e cognitivo, retirando-a da clandestinidade e da subversão, explicitando-a corajosamente como meta da escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.

BARRETO, Siderley de Jesus. **Psicomotricidade: educação e reeducação**. Blumenau: Odorizzi, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, 1998. v. 2.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LAROUSSE, K. **Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Larousse, 1982.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. São Paulo: Papirus, 1990.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta curricular de Mato Grosso do Sul: educação infantil, ensino fundamental e médio**. Campo Grande: 1998.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1994.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RESENDE, Carlos Alberto. **Didática em perspectiva**. São Paulo: Tropical, 1999.

ROSAMILHA, Nelson. **Psicologia do jogo e aprendizagem infantil**. São Paulo: Pioneira, 1979.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SNEYDERS, Georges. **Alunos felizes**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TOZONI-REIS, Marília Freitas e Campos. **Metodologia de pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
WAJSHOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez, 1995.

WINNICOTT, D.W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Capítulo 5

AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ilda Maria Ramos Gava

Sueli Rodrigues de Oliveira Gervásio

Cláudia Maria de Oliveira Souza

Milena de Mello Mendonça

AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ilda Maria Ramos Gava

Faculdades Integradas de Naviraí – FINAV- Pedagogia

Sueli Rodrigues de Oliveira Gervásio

Faculdades Integradas de Naviraí – FINAV- Pedagogia

Cláudia Maria de Oliveira Souza

Universidade Nove de Julho UNINOVE – Pedagogia

Milena de Mello Mendonça

Universidade Paranaense - Unipar- Matemática

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a avaliação como um instrumento, no processo de ensino e aprendizagem, no ensino fundamental, com ênfase nos anos iniciais. tendo então a avaliação como uma modalidade de contribuir para este processo de ensino e aprendizagem, com várias intencionalidades sendo ela diagnóstica, formativa, somativa no qual é possível adequar conforme a faixa etária dos alunos. Vale destacar que os anos iniciais conforme a LDB afirma é responsável pela formação básica do cidadão, desenvolvendo não só habilidades cognitivas e de conhecimento, mas também sociais e éticas. A avaliação deve sempre atender a necessidade do aluno, de modo que ajuda neste processo e não algo que venha terrorizar o aluno já que a avaliação é vista por muitas vezes como a vilã pelos os alunos. A metodologia do trabalho está pautada na pesquisa bibliográfica no qual aborda a temática em questão

Palavras-chave: Avaliação; Ensino Fundamental; Serie Iniciais.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é um direito previsto na constituição e direcionado a todos, independente de qualquer característica ou especificidade, seu objetivo não é formar alguém para algo específico ou escolher quem capacitar, mas sim formar um bom cidadão ético e critico capaz de pensar, raciocinar e tomar decisões sábias que

agreguem na sociedade em que está inserido, conseguindo participar do meio político, social e profissional.

Nos anos iniciais do ensino fundamental é visível compreender a maturação do sujeito enquanto cidadão, pois além deles cumprir as disciplinas conforme o currículo eles terão conhecimentos de conteúdos transversais que contribuirá para esta noção de cidadania.

Por meio desse resumo nosso objetivo é entender que a avaliação está presente em todas as etapas do ensino, porém quem direcionará a sua modalidade e a sua intencionalidade como um instrumento é o professor, já que a avaliação tem o intuito de contribuir para o processo de ensino dos alunos, desde que seja usado corretamente e atenda a necessidade de uma faixa etária específica.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nos Anos Iniciais, a escola deve oferecer uma carga horária anual mínima de 800 horas, dividida em pelo menos 200 dias letivo. Além dos conteúdos previstos nas disciplinas, há conteúdos transversais, como educação ambiental e noções de saúde, trabalhados para a criança adquirir noções de cidadania. (BRASIL, 2018)

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa do Ensino Básico, tem nove anos de duração sendo voltado para estudantes de 6 a 14 anos, se divide em dois ciclos os Anos Iniciais, o Ensino Fundamental 1 e Anos Finais vai do 1º ao 5º ano, e é obrigatório para todas crianças a partir dos 6 anos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), esta fase é responsável pela formação básica do cidadão, desenvolvendo não só habilidades cognitivas e de conhecimento, mas também sociais e éticas. (BRASIL, 2018)

Sendo assim vale ressaltar a importância da avaliação como instrumento de verificar a aprendizagem dos alunos, pois a avaliação no processo de ensino-aprendizagem busca se a verificação do controle da assimilação dos objetivos propostos, assim aplica se a importância das modalidades da avaliação, sendo a diagnóstica, formativa e somativa; e o critério que as distingue é o lugar que a avaliação ocupa em relação à ação docente, sendo ela encontrada em todas as etapas da escolaridade das crianças (RIBEIRO, 2014). Avaliação diagnostica tem função de informar ao professor sobre o nível de conhecimento e habilidades dos

alunos, antes de iniciar um processo de ensino-aprendizagem. E a avaliação formativa tem função de controlar e identificar se os alunos estão atingindo os objetivos propostos durante o processo de ensino-aprendizagem, essa concepção de avaliação visa analisar se o aluno domina o conteúdo estudado, para posteriormente prosseguir com novo (RIBEIRO, 2014).

Já avaliação somativa tem como função classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. O objetivo da avaliação somativa é classificar o aluno para determinar se ele será aprovado ou reprovado e está vinculada à noção de medir conceitos (RIBEIRO, 2014).

CONCLUSÕES

Ao final deste trabalho, podemos dizer que elaborar uma proposta de avaliação para determinada série ou etapa de ensino no processo de escolarização das crianças envolve muitos aspectos, desde muito estudo, consulta as habilidades objetivos e temáticas da BNCC, planejamento e organização, para alcançarmos ideias claras e objetivas, principalmente compreender as aprendizagens necessárias para cada faixa etária para assim oferecer um ensino de qualidade e coerente com o seu nível de formação. Além disso, é importante entender que a avaliação tem vários parâmetros a serem seguidos, parâmetros esses que influenciam diretamente na qualidade dessas provas e consequentemente em seus resultados sendo elas com o intuito de ser de diagnóstica, formativa ou somativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

MOURÃO, Luciana; ESTEVES, Vera Vergara. **Ensino Fundamental: das competências para ensinar às competências para aprender. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 21, p. 497-512, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/QCnDTrhMK4yn5rxSrFjQQTJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

RIBEIRO, Camila Rodrigues. **A concepção dos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental sobre avaliação diagnóstica, avaliação**

formativa e avaliação somativa. Consult. A, v. 23, 2014.

ROLDÁN, María José. **O que as crianças de 8 anos aprendem. Habilidades que as crianças de 8 anos aprendem.** 2015 Disponível em: <https://br.guiainfantil.com/materias/educacao/aprendizagem/o-que-as-criancas-de-8-anos-aprendem/>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Capítulo 6
**ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO PARA DEFICIENTES
MENTAIS**

*Reginalda Ferreira Louro Cardoso
Ivani Regina Rodrigues
Sandra Marisa Rodrigues de Camargo
Perla Alves Perla*

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA DEFICIENTES MENTAIS

Reginalda Ferreira Louro Cardoso

Faculdades Integradas de Naviraí FINAV- Letras

Ivani Regina Rodrigues

Faculdades Integradas de Naviraí FINAV- Pedagogia

Sandra Marisa Rodrigues de Camargo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.- Pedagogia

Perla Alves Perla

Universidade Anhanguera- UNIDERP - Pedagogia

RESUMO EXPANDIDO

O trabalho aborda a Educação especial e o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência mental, ela a responsável pela garantia e o acesso à educação a pessoas com deficiências ou necessidades especiais que requer um atendimento especializado e gratuito e de qualidade. Neste sentido o trabalho visa a importância deste ensino especializado para deficientes mentais, sendo a metodologia embasada em pesquisas bibliográficas que aborda o tema, resultando em um atendimento que promove o desenvolvimento a estes alunos partido da realidade e da especificidade de cada indivíduo para que assim ultrapassem os seus limites e se torna agentes capazes de produzir significados e conhecimentos partir do ensino e aprendizagem oferecido pelo mesmo.

Palavras-chave: Atendimento Especializado; Educação especial; Deficiência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática central a Educação Especial e o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência mental. Pois se entende que “A deficiência mental é definida como o estado de redução notável no

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado à limitação de pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo” (ABENHAIM, 2009).

Sendo assim a Educação especial é de suma importância, pois visa a garantia ao acesso à educação á aquelas pessoas que possui alguma deficiência ou necessidades especiais, de modo que respeita as especificidades e a garantia do ensino de qualidade, no entanto, pode-se destacar que no entendimento educacional especializado não difere, pois contribui para o desenvolvimento do mesmo e garantia da inclusão destes alunos de forma que se desenvolvam e ultrapassem as dificuldades e alcancem as aprendizagens necessárias para que assim possa desenvolver seus papéis de direito como cidadão em sociedade.

A metodologia se ampara no campo de pesquisa de natureza qualitativa mediante os levantamentos bibliográficos em livros, dissertações e artigos a discutir sobre a temática em questão.

Atendimento educacional especializado e deficiente mentais

“A deficiência mental é definida como o estado de redução notável no funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado à limitação de pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo” (ABENHAIM, 2009).

A deficiência mental constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela abundante variedades de abordagens do mesmo.

Sendo assim o atendimento a educação especializada possui uma concepção de educação especial, sustentada legalmente para a garantia da inclusão escolar destes alunos com deficiências, onde este atendimento contribui para que esses alunos deficientes ultrapassem as barreiras se desenvolva (CAMPOS, 2007).

Neste sentido o atendimento especializado para estes alunos deve privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais, nas interações e meio para assimilar as propriedades físicas do objeto de conhecimento, como, por exemplo: cor, forma, textura, tamanhos e outras características retiradas diretamente dos objetos, já que a educação do atendimento especializado está centrada na dimensão subjetiva do conhecimento e aprendizagem (CAMPOS, 2007).

Sendo assim é de suma importância que as escolas especiais ou comuns que desenvolve o atendimento educacional especializado, devem oferecer aos alunos oportunidades de incentivos a se expressar, pesquisar, inventar hipótese, e reinventar o conhecimento livremente, partindo de seus desejos, necessidade e capacidades sejam então partindo da realidade e experiência de vida deles. Tendo como objetivo propiciar condições e liberdade para que os alunos com deficiência mental possam construir a sua inteligência, no quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento. (CAMPOS, 2007).

CONCLUSÕES

Visto que a Educação Especial é de suma importância para a garantia ao acesso à educação para os alunos com deficiências, em que requer um olhar individualizado perante as suas necessidades e especificidades mais que, em simultâneo, visa a inclusão do mesmo conforme a leis e diretrizes estabelece a educação especial rege como objetivo este acesso à educação, respeitando as diferenças e especificidades individuais, de modo que lhe garante o pleno exercício dos direitos básicos como cidadãos e a inclusão social além do desenvolvimento dos seus limites.

Sendo assim na deficiência mental onde é definida como a redução notável do funcionamento intelectual, sendo diagnosticado por um ou mais teste de inteligência e identificado quando se encontra a baixa da média, e a educação destas pessoas é oferecida a educação especial.

Pois visa um atendimento especializado, privilegiando o desenvolvimento e a superação dos limites intelectuais e interações. Assim as escolas devem promover o atendimento educacional especializado com intuito de propor aos alunos deficientes a oportunidade de pesquisar, analisar, se expressar, partindo de seus desejos e necessidades, garantindo a autonomia e significado nas suas aprendizagens e conhecimentos para que assim enfrentes as suas dificuldades e ultrapassem seus limites.

REFERÊNCIAS

ABENHAIM, Evanir. Deficiência mental, aprendizagem e desenvolvimento. **_Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, p. 237-243, 2009.**

CAMPOS, Izilda; SÁ, Elizabet; SILVA, Myriam. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. **Governo Federal. Brasília**, 2007.

Capítulo 7
**O TRABALHO DO PROFESSOR PERANTE A
FORMAÇÃO DE LEITORES**

Jaqueline Molina
Elisângela dos Santos
Fernanda Regina de Oliveira da Silva

O TRABALHO DO PROFESSOR PERANTE A FORMAÇÃO DE LEITORES

Jaqueline Molina

Universidade Paranaense - UNIPAR - Pedagogia

Elisângela dos Santos

Faculdades Integradas de Naviraí - FINAV- Letras

Fernanda Regina de Oliveira da Silva

Faculdades Integradas de Naviraí - FINAV- Letras/ universidade Nove de Julho - UNINOVE - Pedagogia

O presente Resumo trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada para compreender o papel do professor na formação de leitores. Toda a aprendizagem do ser humano se dá socialmente, com as interações que estabelece com o outro e os significados que isso lhe atribui. Deste modo, podemos ponderar que a recuperação ou o nascimento do ato da leitura nas escolassera possível se o educador demonstrar boa relação com os textos, ou seja, se ele não for um bom leitor e o aluno não perceber o prazer na leitura por parte desse adulto, que neste caso é alguém que ele admira e sonha em copiar, serão grandes as chances de ele ser um futuro mau leitor, refletindo também em toda sua vida escolar. (CUNHA, 2010). Assim, a literatura pode fazer a criança constatar o que antes não via sentir o que não sentia e criar o que antes não criava. O mundo pode se tornar outro, como mais significados e mais compreensões. Este então é o papel do professor, ler muitas histórias, e de diversas maneiras e contextos. Portanto para se construir uma sociedade de leitores, não basta apenas ter o desejo que isso ocorra, tem que haver a atitude por parte dos professores. Essa atitude deve ser planejada nas ações das atividades pedagógicas da escola, com todo com o corpo docente, desde atividades simples, como uma contação de histórias às tarefas que exijam planejamentos mais elaborados. A forma que cada profissional da

educação se engajar validará o sucesso dos objetivos propostos na formação de leitores.

Palavras-chave: Aprendizado; Literatura; Professor.

REFERÊNCIA

CUNHA, Maria Antonieta A. **Literatura infantil: teoria, análise e didática**. São Paulo: Moderna, 2010.



AUTORES

Claudia de Oliveira Teixeira

Graduação em Licenciatura- Pedagogia/UNOPAR 2016-2020. Pós -Graduação "Latu Sensu" em Educação Infantil/UniFCV 2020-2020. E-mail: Claudinhaloveoliveira@outlook.com.

Cláudia Maria de Oliveira Souza

Professora Especialista na área da Educação.

Elisangela Aparecida Castilho Cabreira Silva

Pedagogia Universidade Anhanguera Uniderp. Pós Graduação Educação Especial com Ênfase em Deficiência Visual e sistema Braille - Faculdade de Educação São Luís. Neuropedagogia na Educação Faculdade Rhema. Pós Educação Especial - Fatec. Pós Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental de nove anos.

Elisângela dos Santos

Professora, Especialista na área da Educação.

Euzimar Nabia da Silva

Licenciatura em pedagogia _ modalidade a distância (NEAD)UFMT Polo Diamantino. Pós-graduação em psicopedagogia. E-mail: euzimarnubia@hotmail.com.

Eweny Cristina Moraes Figueredo

Mestre em Educação pelo Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/ PPGE).Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas a Educação: supervisão, gestão e planejamento educacional pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano- IESF desde 2007. Especialista em Concepções Pedagógicas pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, desde 2015. Especialista em Psicologia da Educação pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA, desde 2017 . Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA, desde 2016. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, desde 2003 e Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, desde 2013.Participou do grupo de pesquisa Escola, Currículo e Formação Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) , em 2017. É membro do grupo de

pesquisa Políticas e Gestão Educacional e Formação Humana da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) desde 2018. Tem mais de 15 de experiência na docência no nível da educação e 3 anos de experiência em Gestão Escolar. Atua como Especialista em Educação na função de Coordenação Pedagógica na Educação Básica. É Formadora de professores e Tutora a distância (EAD) do curso de Licenciatura em Pedagogia , pela Universidade Estadual do Maranhão desde 2017.

Fernanda Regina de Oliveira da Silva

Professora, Especialista na área da Educação.

Geralda Madalena Ramos

Licenciatura em Pedagogia para a Educação Infantil - Modalidade à Distância (NEAD)UFMT Polo Diamantino - 2005 – 2012. Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Infantil, Letramento e Anos Iniciais - EduCareMT - 2009 - 2010. E-mail: gerald19091@hotmail.com.

Ilda Maria Ramos Gava

Professora Especialista na área da Educação.

Ivani Regina Rodrigues

Professora Especialista na área da Educação.

Janete Correia Prestes

Graduação: Licenciatura em pedagogia - modalidade a distância Unopar -Sapezal 2012 a 2015. Pós graduação em Lato Sensu/ São Luís em ensino Lúdico, 2017/2018. E-mail: janeteprestes@gmail.com.

Jaqueline Molina

Professora, Especialista na área da Educação.

Jéssica Lorryne Ananias da Silva

Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso

Lidiane Magalhães da Silva Zorze

Graduação em Licenciatura Plena em Letras/Espanhol- UNIC- Universidade de Cuiabá/Brasil MT/no ano de 2002-2006. Especialização Lato Sensu em Ensino da Língua Espanhola/FI-Faculdade Iguaçu/ESAP-Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação/Capanema/PR no ano de 01/04/2006 a 07/10/2006. Graduação em Licenciatura- Pedagogia/FGD- Faculdade Geremário Dantas/Rio de Janeiro/RJ de 2016-2017. Especialização Lato Sensu em Educação Inclusiva-FIAVEC-Faculdades Integradas de Várzea Grande/Brasil/MT de 01/02/2018 a 14/09/2018. E-mail: lidi-manu@hotmail.com.

Luana da Silva Benistes

Licenciatura em Pedagogia.

Marineide Elias Alexandre

Graduação em Pedagogia Universidade Anhaguera-Uniderp. Pós-Graduação Educação Especial e Inclusão. Pós-Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Licenciada em Letras.

Milena de Mello Mendonça

Professora Especialista na área da Educação.

Pátricia Michele Felipe

Licenciada Plena em Educação Física pela faculdade Integradas Fátima do Sul FIFASUL. Pós-Graduada em Educação Física Escolar pela Instituição Unina.

Perla Alves Perla

Professora Especialista na área da Educação.

Reginalda Ferreira Louro Cardoso

Professora Especialista na área da Educação.

Rosângela Salles

Graduação: Licenciatura Plena em Letras - 2001/2005 Unemat - Pontes e Lacerda.
Pós Graduação em Educação Infantil/Área de conhecimento Latu Sensu/Unopar
Sapezal 2018-2019. E-mail: inaciosallesgarcia@gmail.com.

Rozalva Maria Garcia Alves

Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil - Modalidade à Distância
(NEad)UFMT Polo Diamantino-2005-2010. Pós - graduação Latu Sensu em Educação
Infantil, Letramento e Anos Iniciais - Educar MT-2009 - 2010. E-mail:
rosalvamariagarciaalves@gmail.com.

Sandra Marisa Rodrigues de Camargo

Professora Especialista na área da Educação.

Sueli Rodrigues de Oliveira Gervásio

Professora Especialista na área da Educação.

Suellen Dayane Silva Ribeiro

Pedagoga e Pós Graduada em Sociedade, Política e Cidadania: Olhares
Transdisciplinares pela Universidade Federal de Mato Grosso

Vilma Terengue de Oliveira

Graduação Normal Superior-Habilitação em Magistério na Educação Infantil e anos
Iniciais do ensino fundamental na fundação Universidade Estadual de Mato Grosso
do Sul. Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais, Instituto ESAP.
Especialização em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica, Instituto
ESAP. Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento, na área da Educação na
Instituição Faculdade de Administração FAHE. Licenciatura em Artes Visuais na
UNAR.

ISBN 978-658997666-0



9

786589

976660